



# QUER SABER, NA REAL, O PESO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO?



Baixe agora mesmo o aplicativo **NA REAL** para smartphones e tablets IOS e Android.  
Para saber mais, visite o site [www.quantocustaobrasil.com.br](http://www.quantocustaobrasil.com.br)



Para Android



Para IOS

Campanha Nacional da Justiça Fiscal  
Realização



Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional

# Sumário

3	Editorial
4	Dia Nacional da Advocacia Pública foi comemorado em audiência pública na Câmara Federal
6	Entrevistas – Deputado Fábio Trad, Marcello Terto e Silva (ANAPE) e Guilherme Rodrigues (ANPM): Parlamento e entidades unem forças em prol da Advocacia Pública
9	SINPROFAZ realizou Assembleia Geral Ordinária em março, com importantes deliberações para a carreira
10	Campanha Nacional da Justiça Fiscal – <i>Quanto custa o Brasil pra você?</i> ganha cada vez mais destaque junto à sociedade
15	Curso promovido pelo SINPROFAZ capacitou PFNs para atuação no Congresso Nacional
16	PFN-MS – Crise sem precedentes em matéria de recursos humanos
17	PLP n.º 205/12: Relator ouve entidades da carreira para elaborar parecer consensual
18	<i>Rafting, trekking, canoagem, bungee jump...</i> Esportes de aventura conquistam cada vez mais adeptos
21	SINPROFAZ compareceu à posse do Conselho Federal da OAB
22	Reforma política: Por falta de consenso, tema não avança na Câmara dos Deputados
24	As lições do filme <i>Lincoln</i> para o nosso Congresso, pelo senador Cristovam Buarque
25	Centro de Estudos: Provas Digitais e Justiça 2.0 – Considerações sobre a regulamentação da internet e os aspectos probatórios, por Hugo Cesar Hoeschl, Post Doc
28	João Pessoa, PB, atrai pelas belezas naturais e históricas, tranquilidade e agito para os que curtem a noite
30	Produção Acadêmica: Eduardo Henrique Alves Moreira escreve sobre Hemoterapia por homossexuais
33	PFN participou de workshop na Universidade de Coimbra sobre sustentabilidade no quadro do Estado Fiscal
34	Grandes nomes do Direito – Considerado “o maior jurista da América no seu tempo”, Pontes de Miranda é o destaque desta edição
36	Para Ler: Súmulas da AGU Comentadas têm quatro PFNs entre os autores
37	Cultura: Em 20 de março de 1863 nascia Ernesto Nazareth, considerado o “Chopin brasileiro”
38	Senado aprova acordo entre Brasil e EUA que pode facilitar o combate à lavagem de dinheiro
39	Tecnologia: Escrever à mão livre já é uma realidade
40	Hobby ou esporte? Conheça um pouco mais sobre o aeromodelismo



## Diretoria do SINPROFAZ – Biênio 2011/2013

### **Presidente**

Allan Titonelli Nunes

### **Vice-presidente**

Roberto Rodrigues de Oliveira

### **Diretora Secretária**

Kalyara de Sousa e Melo

### **Diretor Administrativo**

João Soares da Costa Neto

### **Diretora Jurídica**

Deysi Cristina D'rolt

### **Diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos**

Heráclio Mendes de Camargo Neto

### **Diretor de Relações Intersindiciais**

José Valter Toledo

### **Diretora Cultural e de Eventos**

Chrissie Rodrigues Knabben Gameiro Vivancos

### **Diretor de Assuntos Relativos aos Aposentados**

José Vilaço da Silva

### **Diretor de Comunicação Social**

Jânio Nunes Vidal

### **Diretor de Assuntos Parlamentares**

Filemon Rose de Oliveira

### **Suplentes**

Regina Tamami Hirose

Joélcio Martins da Silva Filho

Edson Soares da Costa

Bradson Camelo

SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional  
SCN – Quadra 06 – Ed. Venâncio 3000 – Salas 403, 415 e 416 – CEP 70716-900 – Brasília-DF  
Telefax: (61) 3964 1218  
E-mails: [sinprofaz@sinprofaz.org.br](mailto:sinprofaz@sinprofaz.org.br) [infosind@solar.com.br](mailto:infosind@solar.com.br)

REVISTA JUSTIÇA FISCAL – Ano 5, n.º 15, abril/2013

ISSN 2317-3750

Editada por: F4 Comunicação - Tel.: (61) 3224 5021

Diretor de Redação: Allan Titonelli Nunes

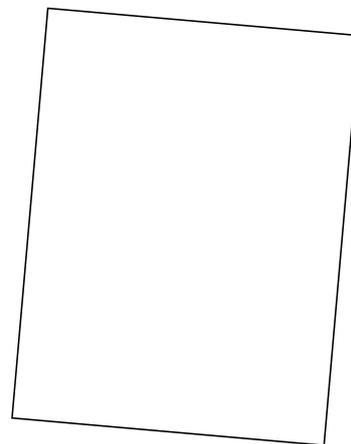
Editora e Jornalista Responsável: Lécia Viana (RP 2715/DF)

Reportagem: Paulo Passos (RP 2059/DF)

Projeto Gráfico: Fernanda Medeiros

Capa e fotos: Eurípedes Teixeira e arquivo SINPROFAZ

Tiragem: 10 mil exemplares



Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não constituem necessariamente a linha editorial da revista.

# SINPROFAZ atento às demandas internas e aos grandes temas nacionais

**N**a 15.ª edição da Revista da Justiça Fiscal, um dos temas em destaque é a reforma política, cuja necessidade e urgência ecoam na sociedade, na imprensa e entre os políticos. Apesar das últimas reformas na legislação eleitoral almejarem a diminuição dos gastos de campanha, com a proibição dos brindes, showmícios, entre outras medidas, as restrições não surtiram os efeitos desejados, persistindo o desequilíbrio causado pela intervenção do poder econômico nas eleições. Financiamento público, lista fechada e o fim das coligações são algumas das propostas em debate.

Os pleitos da Advocacia Pública continuam sendo albergados pelo Congresso Nacional, os quais foram exteriorizados na audiência pública em comemoração ao Dia Nacional da Advocacia Pública, realizada no dia 7 de março de 2013 na CCJ da Câmara dos Deputados, a requerimento do coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública, o deputado Fábio Trad (PMDB/MS). Na oportunidade, foi reforçada a necessidade de prerrogativas para o exercício das funções, entre elas a exclusividade das atividades aos membros da Advocacia Pública e a preservação da independência técnica, bem como reiteradas as críticas ao PLP n.º 205/12, que altera a LC da AGU.

A importância de tratar conjuntamente as propostas da categoria entre todas as entidades da Advocacia Pública, em todos os seus níveis, é o tema da entrevista com os presidentes da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE) e da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM).

O combate à sonegação e a necessidade de uma Reforma Tributária foram objeto de mais uma Campanha Nacional da Justiça Fiscal, destacando as ações dos Procuradores da Fazenda Nacional nesse sentido. A publicidade da campanha e as atividades realizadas pelos Procuradores da Fazenda Nacional em prol do cidadão e em defesa do combate à sonegação foram destaque na Band Brasília, Globo News, Globo Brasília e Paraíba, Rede Record, Rede TV, Jornal O Globo, Estadão, Folha de São Paulo, entre outros veículos de comunicação.

A Campanha também teve grande repercussão no Congresso Nacional, contando com o apoio e os elogios de diversos deputados e senadores, bem como com a liderança do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) para a realização de uma audiência pública e manifestação em plenário em prol das propostas apresentadas.

Os esportes radicais, febre que exige treinamento e cuidados especiais, assim como adrenalina à “flor da pele”, têm conquistado um número cada vez maior de adeptos. Pontos turísticos em João Pessoa, índice de bem-estar e aerodelismo, da mesma forma, são temas de reportagens da RJF.

A obra de Pontes de Miranda e os 150 anos do músico Ernesto Nazareth, o “Chopin brasileiro”, enaltecem a cultura, inteligência e criatividade dos tupiniquins. Evento internacional e nacional relatam participação e obra de Procuradores da Fazenda Nacional, oportunizando a divulgação da carreira.

A luta por uma Advocacia Pública fortalecida e valorizada continua, conforme Aristóteles já professava: “Somos aquilo que fazemos de forma repetida. Por isso, a excelência não é um ato, mas um hábito”. Boa leitura!

Allan Titonelli Nunes  
Presidente do SINPROFAZ

# Dia Nacional foi comemorado com debate na Câmara dos Deputados

**Reforço das prerrogativas, percepção dos honorários, exclusividade de atuação e independência técnica dos profissionais foram algumas das questões abordadas na audiência pública realizada no último dia 7 de março**

**D**eputados, lideranças sindicais e associativas de todas as entidades da Advocacia Pública em suas três esferas – federal, municipal e estadual – se reuniram em audiência pública realizada no dia 7 de março último, na Câmara dos Deputados, com o objetivo de discutir as conquistas já alcançadas e os desafios que precisam ser superados. O evento foi uma iniciativa do deputado federal Fábio Trad (PMDB-MS), coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública.

Para o presidente do SINPROFAZ, Allan Titonelli, a criação da data, no ano passado, abriu caminho para esse debate. Ele reafirmou que as prerrogativas têm que ser reforçadas para preservar o Estado Democrático de Direito. “A Advocacia Pública exerce papel de curador da legalidade, da constitucionalidade dos atos administrativos, mas em defesa do Estado Democrático de Direito, em defesa dos cidadãos, e isto ficou muito claro na Constituição quando o constituinte incluiu a Advocacia Pública entre as funções essenciais à Justiça”, disse.

Titonelli destacou também a necessidade de lutar pela percepção dos honorários, pela exclusividade de atuação de concursados e pela independência técnica dos profissionais. Os dois últimos pontos estão sendo afrontados no PLP 205/2012, que reformula a Lei



*Lideranças das entidades sindicais e associativas da Advocacia Pública e os deputados Sérgio Barradas e Fábio Trad durante a audiência pública*

Orgânica da Advocacia Pública Federal. “É preciso que a Câmara discuta à exaustão o projeto com vistas a modificá-lo e aperfeiçoá-lo”, observou.

## Fábio Trad: Carências acarretam subvalorização da carreira

O deputado Fábio Trad lembrou que a instituição do Dia Nacional da Advocacia Pública, em 2012, foi uma proposição do deputado Arnaldo Faria de Sá, com a decisiva colaboração do então deputado Sérgio Barradas Carneiro, agora afastado do mandato, “mas sempre presente em nossa memória pela grande contribuição que prestou à Advocacia Pública e à Advocacia brasileira”, a exemplo do “extraordinário relatório do projeto de reforma do Código de Processo Civil”, que será em breve discutido e votado.

O coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública disse considerar a “Casa do Povo” o lugar ideal para sediar um fórum de discussões no qual “nós possamos externar nossas aflições, angústias e nossos anseios, e estabelecer estratégias de atuação. Enfim, chegar a um consenso sobre como vamos atuar daqui para frente”. Fábio Trad ressaltou que desde 17 de agosto de 2011, quando foi relançada a Frente, “os esforços se concentraram para que os pleitos da Advocacia Pública brasileira chegassem ao encontro de sua essencialidade constitucional”.

“A letra da Constituição é clara: a Advocacia Pública é essencial à Justiça”, asseverou o parlamentar, acrescentando, porém, que a prática desmente aquilo que a Constituição delimita e afirma. Em sua

opinião, a estrutura da Advocacia Pública ainda se encontra em situação desvantajosa em relação às demais carreiras públicas como a Magistratura e o Ministério Público.

Ainda na avaliação de Fábio Trad, diversas carências acarretam a subvalorização da carreira: “No plano institucional, as entidades que compõem a Advocacia Pública não gozam de verdadeira autonomia administrativa, financeira e técnica. No plano das prerrogativas profissionais, não existe norma geral que as assegure, de maneira que não há uniformidade entre as esferas federal, estadual e municipal, tampouco em cada uma delas. No plano remuneratório, em que pese estar sujeita ao mesmo teto das demais carreiras públicas, a Advocacia Pública não conseguiu ainda assegurar de maneira universal a percepção de subsídios equivalentes aos de magistrados e membros do Ministério Público. No plano da estrutura de trabalho, existe enorme discrepância, seja do ponto de vista físico, de instalações e equipamentos, seja do ponto de vista humano – quantidade de Advogados Públicos e equipes de apoio técnico e administrativo.”

Reparar essas distorções institucionais é o objetivo do trabalho do parlamentar em conjunto com as entidades representativas da Advocacia Pública brasileira. “Com certeza, com a nossa luta a vitória chegará. Não apenas a vitória da Advocacia Pública, mas a vitória de toda a sociedade brasileira, que será a maior beneficiada com a obtenção das conquistas aqui propostas e almejadas”, destacou Fábio Trad.

### Prerrogativas da Advocacia Pública estão consagradas no novo CPC

O deputado federal Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), que



Allan Titonelli (SINPROFAZ), Rommel Macedo (ANAUNI), deputados Sérgio Barradas e Fábio Trad, Simone Fagá (UNAFE) e Marcello Terto (ANAPE)

não está em exercício atualmente, também participou da audiência pública na Câmara Federal. No início de sua intervenção, o parlamentar ressaltou a importância da contribuição das entidades da Advocacia Pública na elaboração do novo Código de Processo Civil. Ele destacou tratar-se de um “código do povo brasileiro, entendendo-se aí os operadores do Direito”, tamanha a importância e a quantidade de pessoas e entidades envolvidas nesse trabalho – cerca de 3 mil, de acordo com o deputado.

Sérgio Barradas salientou que estão consagradas, ratificadas e atendidas no projeto do novo CPC as prerrogativas da Advocacia Pública. Ele destacou que foi em sua gestão, como procurador da Câmara, que a AGU foi instalada naquela Casa. Embora ocupe um espaço físico pequeno, na opinião de Sérgio Barradas “o mais importante é o simbolismo de ter a AGU aqui dentro, porque, como foi dito, a AGU não é uma Advocacia do Poder Executivo, é a Advocacia-Geral da União, composta pelos três Poderes”.

O parlamentar parabenizou os organizadores e os participantes do

evento, ressaltando que as diferentes entidades da Advocacia Pública precisam estar reunidas, “para que se possa pensar em voz alta, refletir sobre aquilo que já foi conquistado e aquilo que é preciso que seja conquistado em decorrência das mudanças do mundo... A união faz a força, e para os parlamentares é importante que as ideias de vocês venham com a força e o respaldo de todas as categorias da Advocacia Pública”.

O deputado César Colnago (PSDB-ES), também presente à audiência, defendeu a importância da Advocacia Pública. “Na fluidez da gestão, é peça fundamental. Deve-se valorizar essa carreira, dar instrumentos importantes para potencializar sua atuação”, ressaltou.

### A data

Sete de março foi escolhido como o Dia Nacional da Advocacia Pública porque os cargos de Procurador dos Feitos da Coroa, da Fazenda e do Fisco foram criados nessa data, no ano de 1609. Trata-se do primeiro registro histórico conhecido no país relativo à Advocacia Pública. ■

# Efetiva união de forças em prol das demandas da Advocacia Pública

*Na condução das lutas da Advocacia Pública, destaca-se a atuação coesa das entidades da Advocacia Pública, com o fundamental apoio do coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública, deputado Fábio Trad*

Nas entrevistas a seguir, o parlamentar e os presidentes da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), Marcello Terto e Silva, e da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), Guilherme Rodrigues, falam sobre essa interação que tem facilitado, no Parlamento, a condução das diversas lutas em favor da carreira.

O deputado federal Fábio Trad (PMDB-MS), 43 anos, é um incansável batalhador por diversas causas nobres na Câmara dos Deputados. Para sorte dos Advogados Públicos e da sociedade, entre elas está a defesa da Advocacia Pública. Formado em Direito pela

UERJ, advogado militante há mais de vinte anos, foi presidente da OAB, Seccional MS, de 2007 a 2009. Professor universitário, atualmente é o coordenador regional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais em Mato Grosso do Sul e diretor regional do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal, órgão consultivo da ONU. Seguindo o caminho do pai, o saudoso deputado federal Nelson Trad, Fábio foi eleito deputado federal em 2010. À *Revista Justiça Fiscal*, o Advogado falou sobre sua atuação no Congresso e o entrosamento com as entidades ligadas à Advocacia Pública, particularmente o SINPROFAZ.

JF – Fale um pouco sobre a sua atuação no Congresso Nacional em defesa da Advocacia Pública.

Fábio Trad – Tenho trabalhado incansavelmente pela valorização da Advocacia Pública, tendo, inclusive, apresentado projeto de lei em seu favor. Em Mato Grosso do Sul, mantenho permanente contato com os Advogados Públicos federais, estaduais e municipais, sempre me colocando à disposição de suas lutas.

JF – De onde veio esse entrosamento?

Fábio Trad – Essa ligação surgiu em minha passagem pela presidência da OAB/MS, ocasião em que pude conhecer valorosos representantes da Advocacia Pública, bem como seus legítimos anseios.

JF – Que tipo de colaboração as entidades ligadas aos Advogados Públicos, particularmente o SINPROFAZ, oferecem ao trabalho do deputado nessa questão?



Fábio Trad – É de suma importância a colaboração das entidades ligadas aos Advogados Públicos, assim como o SINPROFAZ, uma vez que são responsáveis por nos alertar quanto às questões correntes de interesse da Advocacia Pública. Sem essa interação, o parlamentar pouco pode contribuir, uma vez que suas inúmeras atividades, junto ao Parlamento e perante sua base, preenchem todo o tempo. A mobilização da categoria é indispensável às conquistas.

JF – Por que é tão importante o trabalho do Advogado Público?

Fábio Trad – A Advocacia Pública é uma função essencial à Justiça. Os Advogados Públicos são responsáveis pela defesa do Estado, pelas políticas públicas que beneficiam a população e por grande economia aos cofres públicos. Não é possível imaginar um Estado Democrático de Direito sem uma Advocacia Pública forte e independente.

JF – O Sr. poderia reafirmar sua posição quando ao PLP n.º 205/12?

Fábio Trad – O projeto não traz nenhuma contribuição, quer para as carreiras, quer para a Instituição. Ao contrário, enfraquece ambas ao permitir o preenchimento de cargos estratégicos por profissionais que não pertencem aos quadros da AGU. Aparentemente, o projeto foi elaborado para permitir o aparelhamento da Instituição, circunstância que, se confirmada, deve ser prontamente rechaçada.

# ANAPE aponta prioridades para 2013

O Procurador do estado de Goiás Marcello Terto e Silva, 37 anos, preside a Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE). Foi o primeiro presidente escolhido por eleição direta.

JF – Como está o trabalho à frente da Associação?

Marcello Terto – Vimos desenvolvendo um trabalho compartilhado internamente e integrado com as demais associações representativas da Advocacia Pública, o que tem nos garantido grandes expectativas para as carreiras.

JF – Em que a interação entre as várias entidades ajuda nas demandas da categoria?

Marcello Terto – São muitas as entidades representativas da Advocacia Pública nacional. Nos âmbitos estadual e municipal, temos apenas uma entidade representativa nacionalmente das respectivas carreiras. São a Anape e a ANPM. Na esfera federal, porém, existem várias, sendo que o Forvm, capitaneado pelo SINPROFAZ, assume a pauta doméstica da maior parte delas, evitando maiores divergências na condução das pautas domésticas, federais, e garantindo maior racionalidade nas deliberações responsáveis pelo posicionamento legítimo das carreiras federais. Essa cultura da unidade facilita muito a concepção e condução de projetos que extravasam o campo de interesse exclusivo dos Advogados Públicos federais, evitam divergências externas e demonstram força expressiva na defesa dos interesses gerais das carreiras federais, estaduais e municipais. Enfim, previnem riscos desnecessários de retrocessos no que diz respeito a conquistas institucionais e funcionais observadas em estados cujas PGEs, mais do que cinquentenárias, podem servir de modelo para o aprimoramento das carreiras coirmãs.

Arquivo pessoal



JF – Quais são as perspectivas para este ano de 2013 em relação a essas demandas?

Marcello Terto – De um modo geral, a maior parte dos estados obteve sucesso no processo de adequação remuneratória da nossa carreira, que é estratégica para o bom funcionamento da Administração Pública e da Justiça e merece atrair aos seus quadros valorosos profissionais vocacionados para o exercício da Advocacia. A luta agora é para acompanhar o reajuste do 15,8%, parcelado até 2015, conferido às demais carreiras jurídicas e evitar novas e graves discrepâncias, como infelizmente acontece em Sergipe e na Paraíba. O Piauí, por outro lado, acaba de aprovar lei adequando a tabela remuneratória dos seus Procuradores ao subteto do Judiciário atualizado até 2015.

É preciso conter novas defasagens, para evitar que se repita um passado recente de grande evasão de quadros valorosos da carreira. Assim, nossa pauta é solucionar os problemas isolados e preservar a cultura positiva consolidada na maior parte dos estados. O governador do Rio Grande do Sul, por exemplo, já encaminhou o projeto para equalizar também a política remuneratória de todas

as carreiras jurídicas de Estado.

Não podemos também esquecer a necessidade de implementar o Teto 100 para todas as carreiras jurídicas estaduais, a exemplo do que se pratica hoje no Judiciário e no MP, na forma de distinção entre subteto, que se aplica ao subsídio, e teto, que se refere à composição remuneratória, a fim de evitar o locupletamento ilícito do Estado e o trabalho não remunerado daqueles que ocupam cargos de direção, assessoramento e chefia, e não recebam absolutamente nada por isso. Outra bandeira importante é a afirmação da independência técnica dos Advogados Públicos em toda a sua extensão.

JF – Quais são as prioridades da ANAPE para este ano, principalmente no que se refere ao trabalho junto ao Congresso Nacional?

Marcello Terto – Sobre as demandas legislativas, a Anape realiza um exercício permanente de avaliação de estratégias, sempre pautadas nas vicissitudes conjunturais da política em Brasília. São pautas (I) remuneratórias, como a PEC 443/2009; de autonomia institucional tratada nas PECs 82/2007 e 452/2009, esta, cujo juízo de admissibilidade na CCJ da Câmara obtivemos no final de 2012, e, agora, está em vias de apreciação do seu mérito depois de instalada a comissão especial por ato que aguarda apenas a assinatura do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves; (II) de proteção e preservação dos honorários advocatícios (PL 1.754/2011 e PL 2.279/2011), parcela privada decorrente do êxito nas demandas judiciais e correspondente a estímulo para adaptar a carreira ao contexto de uma Administração Pública de resultados; (III) de estruturação, por meio da arrecadação fruto da participação das PGEs e da PGDF no resultado líquido dos depósitos judiciais objeto do PLC 24/2102, já aprovado na Câmara e em fase terminativa na

CAE do Senado; (IV) de identificação do Procurador como profissional da Advocacia independente e inviolável, que tem como seu principal cliente o Estado, e não governos cujo caráter é sempre transitório, nem de partidos; (V) de preservação das características profissionais em reação a projetos como o PL 4.953/2013, que amplia o rol dos impedimentos dos Advogados Públicos; (VI) de estímulo à permanência na carreira, por intermédio da reimplantação do adicional de tempo de serviço proposto na PEC 68/201, do Senado, e na PEC 210/2007, da Câmara; (VII) de

garantia das prerrogativas funcionais mediante a definição do campo das responsabilidades restrita aos casos de dolo, fraude, nos mesmos moldes da Magistratura e do Ministério Público (Projeto do Novo CPC e o PL 2.650/2011).

Sem contar o acompanhamento e a reação política e judicial a tantos projetos de leis ou mesmo leis institucionais e atos e negócios administrativos que representam clara violação do princípio da unidade das PGEs e da exclusividade das atribuições constitucionais dos Procuradores dos estados e do DF.

JF – Em sua opinião, qual é a importância de um plano conjunto de ações legislativas?

Marcello Terto – Essas ações são importantes para preservar e defender as prerrogativas e os avanços institucionais encontrados pela carreira em todo o Brasil e prevenir os ataques que constantemente sofremos na forma de projetos de lei e de emendas constitucionais capazes de implantar retrocessos históricos e ameaçar o livre exercício profissional da Advocacia Pública. ■

## “A luta pelo fortalecimento da Advocacia Pública é uma”

*Guilherme Rodrigues, 46 anos, Procurador do município de Fortaleza há 18 anos, está prestes a completar um ano de mandato na Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM).*

JF – Como está o trabalho à frente da Associação?

Guilherme Rodrigues – O trabalho encontra-se em ritmo acelerado. Há muitas demandas que exigem um compromisso permanente e muita agilidade. Enfrentamos questões que podem alterar significativamente o destino de nossa carreira, por isso a atenção é redobrada. A defesa das prerrogativas dos Procuradores Municipais é uma constante, e isso implica discutir a autonomia técnica, percepção dos honorários sucumbenciais, vedação de controle de jornada do Advogado Público, entre outras.

JF – Em que a interação entre as várias entidades ajuda nas demandas da carreira de Procurador municipal?

Guilherme Rodrigues – É de extrema importância a articulação de nossa atuação com as demais entidades da Advocacia Pública. A maioria dos problemas enfrentados pela Advocacia Pública municipal é semelhante aos da estadual e fe-

deral. Embora algumas questões sejam específicas, podemos afirmar que a luta pelo fortalecimento da Advocacia Pública é uma, e isso exige racionamento dos esforços para garantir os avanços necessários.

Se a união faz a força, nada melhor que conversar com as demais entidades que possuem o mesmo objetivo, qual seja, o de construir uma Advocacia Pública forte, ativa e respeitada. E para que isso ocorra, exige-se dos dirigentes uma maturidade política elevada, capaz de compreender que o respeito às diferenças é necessário, e não só isso, ser solidário em determinados momentos. O SINPROFAZ tem se comportado como uma entidade exemplar na condução dessa política de reunir esforços.

JF – Quais são as perspectivas para este ano de 2013 em relação a essas demandas?

Guilherme Rodrigues – É sabido que a luta é permanente, e nada se resolve de forma definitiva. Temos algumas proposições tramitando no Congresso Nacional, e o trabalho conjunto fortalece a luta. Penso que



o ano de 2013 vai ser curto para a produção legislativa, talvez funcione plenamente apenas no primeiro semestre, e ainda assim muita coisa pode acontecer.

JF – O que o sr. classificaria como prioridade para este ano, principalmente no que se refere ao trabalho

junto ao Congresso Nacional?

Guilherme Rodrigues – A ANPM vem priorizando a aprovação da PEC 17 pelo Senado Federal. Na Câmara dos Deputados, ela tramitou com o número 153 e foi aprovada em dois turnos com recomendação de todas as lideranças partidárias. Atualmente, a proposta encontra-se no Senado Federal pronta para entrar na ordem do dia, eis que a mesma já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. Ela trata de corrigir uma omissão do constituinte de 1988, que, no art. 132, não positivou a carreira de Procurador municipal, embora a doutrina e jurisprudência sejam unânimes em reconhecer nossa inserção naquele capítulo. Ainda assim, entendemos como necessária tal explicitação. ■



# PFNs aprovam continuidade das mobilizações e propostas de mudanças na carreira

*Outras questões de grande relevância para os PFNs foram discutidas e votadas durante a Assembleia Geral realizada no último dia 23 de março, em Brasília*

Um dos principais pontos aprovados na Assembleia Geral Ordinária foi a autorização para que o SINPROFAZ continue realizando caravanas, atos públicos e paralisações como parte da contínua mobilização política para se alcançar os pleitos da carreira – em defesa dos honorários, contra os termos da proposta de alteração da LC da AGU, a favor das propostas legislativas em trâmite no Congresso Nacional, em defesa da abertura de novo concurso e outras prerrogativas da carreira.

Os PFNs também autorizaram o Sindicato a adotar todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para coibir o uso inadequado, sem qualquer critério objetivo e em afronta às regras de remoção, das lotações provisórias; e o uso inadequado das lotações de “DAS” originalmente afetados em Seccionais/Estaduais para o Órgão Central.

Foi ainda autorizada pela AGO a criação de grupo de trabalho, no âmbito do SINPROFAZ, para estudar ilegalidades do Regimento Interno da PGFN, com vistas à adoção das medidas administrativas e judiciais pertinentes.

## Pesquisa

Outra deliberação importante

diz respeito à contratação de empresa que fará pesquisa e análise para traçar o diagnóstico da PGFN e da carreira, nos moldes do I Diagnóstico da Advocacia Pública, elaborado pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

## Reestruturação da carreira

A AGO do SINPROFAZ aprovou o relatório do grupo de trabalho intitulado GT Carreiras, no que diz respeito aos critérios de promoção e de ocupação dos cargos de chefia. Dessa forma, atende-se à necessidade de mudanças nos critérios de progressão na carreira de PFN, buscando pôr fim à situação atual de “engessamento” das vagas.

O relatório do GT pode ser lido, na íntegra, no link <http://www.sinprofaz.org.br/s/images/stories/pdfs/gt-carreiras-relatorio-final-05-02-2013.pdf>.

O GT Carreiras foi instituído em 25 de janeiro de 2012, por meio da Portaria AGU n.º 47, e iniciou os trabalhos em maio.

Com o objetivo de contribuir com os membros do CSAGU e com o representante da carreira no GT, o PFN José Carlos Loch, o SINPROFAZ também instituiu um grupo de trabalho, em maio

de 2012, formado por André Campello, James Siqueira, Carlos Roichman e Marcelo Gentil – representantes dos PFNs no CSAGU –, Kalyara de Sousa e Melo (representando a Diretoria do Sindicato) e o próprio José Carlos Loch. Coube a esse grupo receber as críticas e sugestões dos PFNs para discussão no grupo de trabalho da AGU.

Em dezembro de 2012, depois de 16 reuniões presenciais, o GT Carreiras encerrou suas atividades com a apresentação do relatório.

## Estatuto

De acordo com deliberação da AGO, continua em aberto o processo de coleta de procurações para alteração do Estatuto do SINPROFAZ, até a data da próxima AGE/AGO, caso o quórum não seja atingido, ante a dificuldade imposta pelo processo qualificado exigido.

## Contas de 2012

A análise da prestação de contas de 2012 e do orçamento para o exercício de 2013 também esteve em pauta na Assembleia Geral Ordinária, que aprovou ainda a data em que ocorrerá a eleição da próxima diretoria do SINPROFAZ: 11 de junho de 2013. ■

# Campanha de educação fiscal reforça importância da carreira de PFN para a sociedade

Edição deste ano da Campanha Nacional da Justiça Fiscal, na semana de 18 a 22 de março, recebeu grande atenção da mídia e cumpriu mais uma vez o objetivo de dar maior visibilidade à carreira

Desde sua criação, em 2009, a Campanha Nacional da Justiça Fiscal – Quanto Custa o Brasil pra Você? vem a cada ano crescendo em importância, tanto para a carreira de Procurador da Fazenda Nacional, quanto para a sociedade, na medida em que proporciona amplo debate a respeito de temas como a necessidade de reforma do Sistema Tributário Nacional – bandeira permanente

do SINPROFAZ –, combate à sonegação e educação fiscal.

Em todas as campanhas, o Sindicato busca mostrar à sociedade que o Procurador da Fazenda Nacional é essencial no combate à corrupção e à sonegação. Apesar da falta de estrutura adequada, do quadro insuficiente de pessoal, do acúmulo de processos e da inexistência de carreira de apoio, foi em consequência do trabalho dos PFNs que, nos últimos três

anos, evitou-se a perda de mais de R\$ 1 trilhão e arrecadou-se mais de R\$ 60 bilhões para a União. Comparativamente, a cada um real investido na PGFN há um retorno de mais de 642 reais para a sociedade.

Por meio de ações como a Campanha Nacional da Justiça Fiscal – iniciada na gestão de João Carlos Souto e realizada também na gestão de Anderson Bitencourt Silva –, os Procuradores da Fazende-



Estande montado no shopping Conjunto Nacional, no centro de Brasília: interessados puderam saber quanto pagam em impostos sobre produtos e serviços

da Nacional expõem o entendimento de que o sistema tributário vigente compromete a competitividade do setor produtivo, estimula a ação de sonegadores e corruptos, além de penalizar sobretudo os cidadãos de baixa renda.

Esse círculo vicioso, que torna o Brasil um dos países com a maior carga tributária do mundo, precisa ser rompido. Por isso, os PFNs defendem uma ampla reforma do sistema atual, envolvendo não apenas a diminuição da tributação sobre o consumo, mas também o respeito ao princípio da capacidade contributiva, o fortalecimento da PGFN como órgão de combate à sonegação, maior transparência nos registros fiscais e a inclusão da Educação Fiscal na grade curricular do ensino fundamental.

Na avaliação do jornalista e assessor parlamentar do SINPROFAZ Antônio Augusto de Queiroz, a Campanha Nacional da Justiça Fiscal é um marco na atuação do SINPROFAZ, “porque além de dar visibilidade à importância da carreira de Procuradoras da Fazenda Nacional, contribui para instruir ação de cidadania e fortalece a educação fiscal, jogando luzes sobre a injustiça de nosso modelo tributário”.

De acordo com o assessor parlamentar, a lei que obriga o detalhamento na nota fiscal do valor de cada tributo incidente sobre produto ou serviço, que é posterior ao início da campanha, “foi um passo importante e coincide com os objetivos da campanha: permitir ao cidadão-contribuinte saber quanto paga de tributos, contribuindo para a transparência tributária. O próximo passo, após o cidadão saber quanto paga de tributos, é poder comparar entre o que paga e o que efetivamente recebe de retorno, especialmente



Milhares de exemplares do folder sobre a campanha e do Manual do Contribuinte foram distribuídos à população



em políticas públicas e sociais”, observa Antônio Augusto de Queiroz, que aproveitou para parabenizar o SINPROFAZ “por essa iniciativa pioneira”.

#### A campanha em 2013

Neste ano, uma intensa e bem planejada semana de atividades conseguiu atrair ainda mais a atenção dos meios de comunicação para os temas da campanha. Por

meio de entrevistas a diversas emissoras de TV, rádio, jornais e portais de notícias (veja matéria na página seguinte), além do estande montado no shopping Conjunto Nacional, o SINPROFAZ teve a oportunidade de expor temas como a questão estrutural da PGFN, a falta de quadros de apoio e a necessidade de maior valorização dos Procuradores, além de explicar o funcionamento do aplicativo Na

Real, criado para informar o custo da carga tributária de diversos produtos e serviços.

Entre os dias 18 e 22 de março, o SINPROFAZ manteve um estande em um dos maiores shoppings do DF, o Conjunto Nacional, com o objetivo principal de explicar às pessoas interessadas como podem saber exatamente quanto pagam em impostos sobre os produtos e serviços que adquirem rotineiramente. O Sindicato produziu e distribuiu milhares de exemplares de um folder que explica o que é a Campanha Nacional da Justiça Fiscal, destaca as principais propostas dos PFNs para um sistema tributário justo e o papel essencial destes no combate à corrupção e à sonegação, e ensina a baixar o aplicativo Na Real. Na parte final do folder, o cidadão é convidado a participar do abaixo-assinado pela reforma tributária e o fortalecimento do combate à corrupção, acessando o site [www.quantocustaoBrasil.com.br](http://www.quantocustaoBrasil.com.br). Foram distribuídos ainda exemplares do Manual do Contribuinte.

### Repercussão histórica na mídia

Antes mesmo do lançamento da edição de 2013 da Campanha Nacional e durante toda a semana de 18 a 22 de março, o presidente do SINPROFAZ, Allan Titonelli, concedeu várias entrevistas para jornais, emissoras de televisão e de rádio. PFNs foram ouvidos em reportagens realizadas também fora de Brasília, como em São Paulo, João Pessoa e Goiânia.

A Agência Brasil foi uma das primeiras a abordar o assunto, em matéria divulgada no dia 18. O presidente do Sindicato explicou à reportagem o objetivo da campanha: “Promover uma reflexão sobre a carga de impostos e a necessidade de uma reforma tributária. Pretende-se despertar a consciência de que o cidadão comum paga altos impostos e não tem o retorno do governo em serviços públicos. Enquanto isso, grandes empresários sonegam, o que torna ainda mais injusto o sistema tributário brasileiro”.

Allan Titonelli aproveitou para

informar que está em fase de estudo, para ser lançado ainda neste semestre, um aplicativo que se chamará Sonégômetro. “Se todos os valores sonegados fossem pagos para serem aplicados nas políticas públicas”, ponderou, “daria hoje para termos uma prestação maior de saúde, educação etc., além de diminuir a carga tributária”.

Também deram destaque à campanha as TVs *Globo Brasília*, *Globo PB*, *Record*, *SBT* e *Rede TV*; *Canal Globo News*; os jornais *Folha de S. Paulo*, *Estadão* e *O Globo* e diversos veículos regionais; e ainda emissoras de rádio, com destaque para a *CBN*, que veiculou matéria de nove minutos em rede nacional.

Na internet, vários sites pautaram a campanha durante toda a semana de 18 a 22 de março. O SINPROFAZ destaca alguns deles: *EBC*, *Conjur*, *A Voz do Cidadão*, *Bahia Econômica*, *Rádio Agência Nacional*, *O Globo*, *Exame*, *Agência Brasil*, *UOL Notícias* e *Folha de Vitória*.





No site [www.quantocustaobrasil.com.br](http://www.quantocustaobrasil.com.br) é possível assistir a todas as entrevistas e outros vídeos da campanha. O Sindicato também disponibilizou aos PFNs os links das matérias.

### Mobilização no Congresso Nacional

No penúltimo dia da campanha, 21 de março, o SINPROFAZ promoveu mais uma mobilização no Congresso Nacional, como parte do Dia Nacional da Justiça Fiscal, comemorado em 7 de março. Parlamentares, representantes da carreira de PFN e estudantes participaram, no plenário 13 da Câmara dos Deputados (fotos), de debate sobre o peso e a distribuição da carga tributária e a necessidade de simplificação do sistema tributário brasileiro.

A reunião foi presidida pelo deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), apoiador da campanha desde sua primeira edição em 2009 e responsável por viabilizar o espaço para realização do

ato público na Casa legislativa. Outros parlamentares compareceram ao debate, como Fábio Trad (PMDB-MS), Amauri Teixeira (PT-BA) e Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Para o deputado Paulo Rubem, o SINPROFAZ tem se destacado pela clareza, transparência e competência em mostrar que o Brasil ainda não fez uma política de justiça fiscal. “A grande maioria das instituições e pessoas que criticam a carga tributária não revela de fato quem paga e quem não paga impostos no Brasil”, disse.

Santiago completou: “temos no SINPROFAZ Procuradores da Fazenda que conhecem o que é a estrutura tributária brasileira e quais são os esforços para que nós consigamos recuperar bilhões e bilhões oriundos da sonegação fiscal. O Brasil precisa aperfeiçoar sua legislação de combate ao crime contra a ordem tributária, porque a justiça fiscal é um princípio ainda não acolhido por nossa Constituição Federal”. E justiça fiscal, segundo o deputado, “é seguir

o princípio de que quem ganha mais pague mais, considerando o princípio de que os impostos não podem ser indiretos sobre o consumo das famílias, tampouco regressivos”.

Em seu pronunciamento, o presidente do Sindicato, Allan Titonelli, reiterou os objetivos da campanha e argumentou que é fundamental sensibilizar parlamentares e agentes públicos sobre a necessidade da simplificação do sistema tributário brasileiro. “A construção de um país mais igualitário passa pela reforma tributária. Com uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, os brasileiros trabalham, em média, quatro meses por ano apenas para pagar impostos”, asseverou o presidente do SINPROFAZ.

Encerrada a reunião, as “formiguinhas”, personagem símbolo da campanha, seguiram para a Esplanada dos Ministérios para distribuir o material de divulgação da campanha.

### Parlamentares apoiam campanha

Durante a mobilização na Câmara dos Deputados, a equipe de comunicação do SINPROFAZ ouviu alguns deputados sobre a iniciativa: Érika Kokay (PT-DF), Acelino Popó (PRB-BA), Miro Teixeira (PDT/RJ), Andréia Zito (PSDB-RJ), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), Cândido Vaccarezza (PT-SP), Chico Alencar (PSol-RJ), Alice Portugal (PCdoB-BA), Roberto Freire (PPS-SP), Lincoln Portela (PR-MG), Delegado Protógenes (PCdoB-SP) e Oziel Oliveira (PDT-BA). Os vídeos das entrevistas podem ser vistos na página [www.quantocustaoabrazil.com.br](http://www.quantocustaoabrazil.com.br).

Vários outros parlamentares encaminharam correspondências ao Sindicato parabenizando a entidade e a carreira por mais uma edição da campanha: os deputados Antonio Brito (PTB-BA), Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), Roberto Balestra (PP-GO), Roberto

Freire (PPS-SP), Sergio Zveiter (PSD-RJ) e Lincoln Portela (PR-MG), e os senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Braga (PMDB-AM), Jayme Campos (DEM-MT), Pedro Taques (PDT-MT), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Vital do Rego (PMDB-PB).

O SINPROFAZ destaca a mensagem do deputado Beto Albuquerque (RS), líder do PSB na Câmara: "Agradeço o envio de subsídios relativos ao PL 5.984/09, que institui o Dia Nacional da Justiça Fiscal, e sobre as campanhas desenvolvidas por essa prestigiada entidade para conscientização da sociedade brasileira a respeito de desvios de verbas públicas e falta de controle de gastos. Aproveito para destacar que a busca por um país mais igualitário, com a diminuição das desigualdades sociais, tem sido uma de minhas

bandeiras no mandato parlamentar e, portanto, tema de meus pronunciamentos nesta Câmara dos Deputados. Desejo êxito nesta importante campanha e coloco nosso gabinete à disposição".

### Prêmio Nacional de Educação Fiscal

A campanha nacional *Quanto custa o Brasil pra você?* foi reconhecida e recomendada pelo Inovare e pelo Prêmio Nacional de Educação Fiscal como inovadora, divulgadora da Justiça Fiscal e propagadora da educação fiscal.

### Expo Money Curitiba

Na capital paranaense, a campanha e o aplicativo Na Real foram apresentados ao público do maior evento de educação financeira da América Latina, realizado este ano nos dias 12 e 13 de abril. ■

Leonardo Prado



## Cordel pela Justiça Fiscal

Durante o ato na Câmara Federal, o SINPROFAZ foi agradavelmente surpreendido pela leitura de um cordel, de autoria do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE, foto), que sintetiza bem, em linguagem popular, uma das maiores bandeiras dos PFNs e objetivo central da campanha: a Justiça Fiscal

*O Sinprofaz apresenta uma campanha essencial,  
O Brasil tá precisando é de Justiça Fiscal.  
Imposto pra todo lado, de norte a sul do país...  
é no pão, na gasolina, no sapato, na bobina, eita sistema infeliz!  
Mas aqui faço um alerta, pois muita gente não sabe,  
O rico não paga imposto, pra ele isso é desgosto,  
mas no pobre é que não cabe.  
O imposto brasileiro tá de cabeça pra baixo,  
é maior sobre o consumo do arroz, feijão e fumo,  
raspando o fundo do tacho.  
A classe rica manobra, escapole do imposto,  
pratica a sonegação, a Justiça não prende não,  
causando muito desgosto.  
Pro pobre não tem saída, não tem jeito de escapar.  
É desconto no salário, e quando vai comprar um armário, o  
ICMS tá lá;*

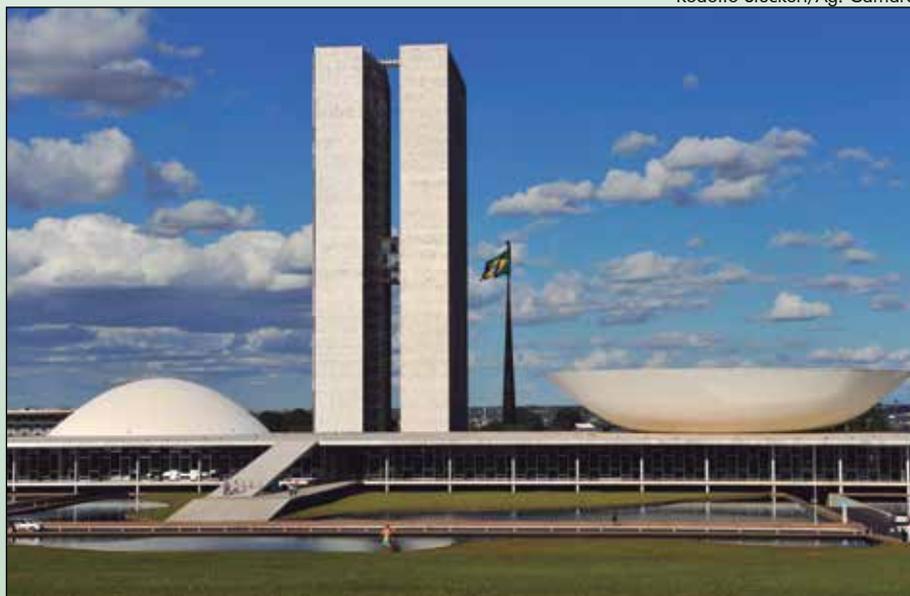
*quando ele compra uma TV, quase a metade é tributo.  
Paga imposto a sanfona do matuto.  
Depois da arrecadação, o problema é ainda maior:  
Desviam nossa receita, a questão é bem pior.  
O dinheiro arrecadado não volta pro povo não,  
não retorna pra saúde, nem vai pra educação,  
vai pra conta financeira, isso é uma grande bobeira,  
empobrecendo a Nação.  
Por isso é que hoje estamos pela Justiça Fiscal,  
uma bandeira importante, desafio nacional.  
Ou o Brasil se levanta e a sonegação espanta, ou nós vamos  
muito mal.  
Tributação progressiva, quem é maior paga mais,  
o pobre assalariado não pode ficar pra trás.  
O Brasil quer mais justiça, quer a Justiça Fiscal.  
Vamos juntos nessa luta, a causa é essencial.*

# SINPROFAZ promoveu II Curso de Capacitação Parlamentar

Aproveitando a presença dos PFNs que estiveram em Brasília para a Assembleia Geral Ordinária, dia 23 de março, o Sindicato abriu espaço na agenda do evento para o II Curso de Capacitação Parlamentar. Para expor a situação das demandas da carreira no Poder Legislativo, e outros projetos correlatos, o SINPROFAZ convidou o diretor de Documentação do Diap e assessor parlamentar do SINPROFAZ Antônio Augusto de Queiroz.

Depois de expor algumas questões em relação ao processo legislativo como um todo, Antônio Augusto destacou que o SINPROFAZ “está tendo uma atuação pioneira junto ao Congresso Nacional no sentido de levar esclarecimentos aos parlamentares sobre a importância da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Advocacia Pública para a segurança jurídica das decisões de governo, e a importância de se valorizar a carreira, dando-lhe uma remuneração digna e melhores condições de trabalho a partir de uma carreira de apoio”.

Na opinião do assessor parlamentar, os Procuradores da Fazenda Nacional contribuem no Parlamento para a formulação das políticas públicas com ideias, sugestões e reflexões decorrentes da ampla experiência dessa carreira, “que é muito conceituada e uma das mais antigas na administração pública. De modo que a iniciativa do SINPROFAZ é importantíssima, pois permite aos Procuradores que estão na ponta conhecer a importância do trabalho que o Sindicato faz no Poder Legislativo e também estimula a que todos participem dessas mobilizações”, acrescentou Antônio Augusto de Queiroz.



Rodolfo Stuckert/Ag. Câmara

O PFN Alessandro Kiquio também aprovou a iniciativa do SINPROFAZ. Participando pela primeira vez, ele afirmou que o curso lhe permitiu “ter uma visão mais apurada daquilo que a gente não enxerga, que não aparece nos boletins do Sindicato. Muitas vezes os colegas criticam e acham que nada está acontecendo. Realmente, é um trabalho muito complexo. Quem não teve oportunidade de ver o curso deveria ver as fitas gravadas. Porque é um jogo de xadrez e é muito difícil trabalhar em cima disso aí”, opinou Alessandro Kiquio.

Já o PFN Danilo Caram teve a oportunidade de estar presente também na primeira edição do curso, em junho de 2011. Ele elogiou a iniciativa do SINPROFAZ e afirmou que pôde perceber a importância de o Fórum Nacional da Advocacia Pública ter no Parlamento um representante que fale em nome das entidades.

Ele destacou a relevância das exposições acerca dos projetos de interesse da carreira em tramitação no Congresso Nacional, como as PECs 452 e 443, os projetos sobre honorários advocatícios e o PL (68), que trata do adicional do tempo de serviço, inclusive para a Advocacia Pública. “O trabalho do SINPROFAZ fez com que a Advocacia Pública fosse inserida nesse projeto. O Sindicato está bem assessorado e atuando de forma positiva para que todas as proposições possam ter o melhor resultado possível”, ressaltou o PFN.

“É aqui (no curso) que a gente tem a possibilidade conhecer as dificuldades do Sindicato para realizar esse trabalho, um trabalho de médio e longo prazo, porém extremamente necessário. Saio daqui feliz e vou levar essa mensagem aos colegas do Espírito Santo”, finalizou Danilo Caram. ■

# MS: crise sem precedentes em matéria de recursos humanos

Única unidade estadual na Terceira Região, PFN-MS enfrenta o desafio de conquistar estrutura de pessoal adequada para o engajamento na luta contra a lavagem de dinheiro

Criado em 1977, a partir do desmembramento do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul encontra-se em processo de desenvolvimento econômico. Sua economia está baseada na produção rural (animal, vegetal, extrativa vegetal e indústria rural), indústria, extração mineral, turismo e prestação de serviços. O jovem estado possui um dos maiores rebanhos bovinos do país.

Além da vocação agropecuária, a infraestrutura econômica existente e a localização geográfica lhe permitem exercer o papel de centro de redistribuição de produtos oriundos dos grandes centros consumidores para o restante da região Centro-Oeste e a região Norte do Brasil. O maior polo mundial de produção de celulose encontra-se instalado no município de Três Lagoas. Mato Grosso do Sul é mundialmente conhecido por sua biodiversidade, encontrada principalmente no Complexo do Pantanal e no Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

É nesse cenário de características notavelmente diferenciadas que atua a unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, chefiada desde setembro de 2011 pela PFN Ronilde Langhi Pellin. Natural de Santo Anastácio, SP, Ronilde Pellin mudou-se para Mato Grosso do Sul em 1990, quando foi aprovada no vestibular da Universidade Federal e deu início à graduação no curso de Ciências Contábeis. Paralelamente, iniciou a carreira profissional. Obtida a primeira graduação, iniciou



Arquivo pessoal

Os Procuradores Eduardo, Cláudia, Ronilde Pellin e Laura estão entre os oito PFNs em exercício atualmente: número insuficiente

então o Curso de Ciências Jurídicas, quando optou por permanecer no estado.

Na carreira de PFN, Ronilde Pellin ingressou em dezembro de 2006, sendo lotada na Procuradoria-Setorial da Fazenda Nacional em Dourados. No segundo semestre de 2007, foi removida para a PFN-MS, onde atuou na Dívida, na Defesa e na Consultoria.

A Procuradora destaca o caráter *sui generis* da unidade que chefia, por ser a única unidade estadual na Terceira Região. “É um complicador para a unidade estadual ser estruturada e ter seus resultados avaliados a partir dos mesmos critérios aplicáveis às unidades do Estado mais rico do país”, observa.

“O Estado de Mato Grosso do Sul tem 1.131 quilômetros de fronteira seca com o Paraguai e outros 386 quilômetros também de fronteira seca com a Bolívia. Essa característica impõe às unidades

da Procuradoria atuação dinâmica em matéria aduaneira, principalmente em razão das atividades de repressão ao contrabando e ao descaminho”, ressalta Ronilde Pellin, para lembrar que a característica de Estado fronteiriço apresenta outra consequência: o grande fluxo de capitais entre os países, nem sempre de forma lícita, o que faz com que a unidade tenha grande estoque de dívida sob a responsabilidade de Grandes Devedores.

“Portanto, o maior desafio da PFN-MS é conquistar estrutura adequada para o seu engajamento na luta contra a lavagem de dinheiro, estrutura essa já conquistada pela Justiça Federal, pelo MPF e pela Polícia Federal”, destaca a Procuradora.

A unidade atua em primeira instância em sete Varas Federais, 15 Varas Trabalhistas, 32 Varas Estaduais (todas atuando com processo eletrônico), 36 Varas Eleitorais e Juizado Especial Federal.

Em segunda instância, atua junto ao Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral, Turma Recursal e Tribunal de Justiça.

O quadro hoje na PFN-MS, de acordo com Ronilde Pellin, é de crise sem precedentes em matéria de recursos humanos. São 17 Procuradores, número insuficiente para atender às demandas da unidade. Desses, apenas oito estão em exercício, situação que se prolonga desde o fim de 2010. Quanto ao quadro de servidores, somente 20 estão em exercício. A unidade conta ainda com quatro terceirizados e 12 estagiários.

“É necessário registrar que os oito Procuradores e os 20 servidores demonstram neste momento de crise

elevado grau de profissionalismo e de dedicação à Procuradoria”, ressalta Ronilde Pellin.

Contrastando com a gravidade da situação em matéria de recursos humanos, a PFN-MS conta com instalações físicas adequadas. De acordo com a Procuradora, a unidade está instalada em prédio moderno, com 1.600 m<sup>2</sup>, e estrategicamente localizada nas proximidades de diversos órgãos do Judiciário: Justiça Federal, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional de Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral e Varas Eleitorais da Capital (todos num raio de 200 metros).

Vocacionada para o desempenho das funções de Procurador da Fazenda Nacional, a Procuradora-

-chefe encontra-se apreensiva com o futuro da carreira. Em sua opinião, “a nova Lei Complementar deve ser aperfeiçoada de forma que os ônus da função sejam suportados pela instituição e não pessoalmente por cada Procurador. Importante também registrar que a função de administração da Dívida Ativa da União necessita de prerrogativas específicas, que não estão contempladas no projeto apresentado”.

Ronilde Pellin entende também que a grande evasão da carreira acarreta mais um ônus para os Procuradores vocacionados, resultando em desestímulo, problema que precisa ser solucionado com urgência. ■

## PL n.º 205/12: SINPROFAZ apresentou considerações ao relator

Na série de reuniões que vem realizando com representantes das carreiras da Advocacia-Geral da União para tratar do projeto de lei orgânica da AGU, o relator da matéria na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, deputado Alex Canziani, recebeu o presidente do SINPROFAZ no início de abril.

Na oportunidade, o Sindicato entregou ao relator todo o material elaborado sobre o tema e que vem sendo compartilhado com deputados na atuação permanente do SINPROFAZ desde que o PLP n.º 205 iniciou sua tramitação.

Mais uma vez, Allan Titonelli reforçou os riscos da proposta que, a despeito de atualizar a Lei Orgânica da AGU, fragiliza a instituição e coloca em risco a independência técnica de seus membros. Além disso, Titonelli discorreu sobre os pontos que podem ser modificados no projeto original com o objetivo de: garantir a

exclusividade aos membros das carreiras; garantir as prerrogativas de uma Advocacia de Estado; combater a politização do órgão; preservar a discricionariedade técnica do Advogado Público federal; assegurar isonomia de prerrogativas com as demais funções essenciais à Justiça; e implementar os honorários de sucumbência para as carreiras da AGU.

O deputado Alex Canziani afirmou que vai elaborar um parecer de consenso contemplando, na medida do possível, as considerações das entidades sindicais e associativas que representam as carreiras da AGU.

### Audiência pública terá nova data

A audiência pública para instrução dos debates em torno do PLP 205/12, requerida pela deputada Andréia Zito (PSDB-RJ), da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), será remarcada para depois que o relator da matéria,

deputado Alex Canziani, receber todas as entidades da Advocacia Pública Federal. A audiência estava agendada inicialmente para o último dia 3 de abril, porém foi cancelada pelo presidente da CTASP, deputado Roberto Santiago (PSD-SP), a pedido de Canziani.

Mesmo com o adiamento da audiência na CTASP, o SINPROFAZ mobilizou os Advogados Públicos na Câmara dos Deputados, no dia 3 de abril, para denunciar as impropriedades do projeto. Em vários gabinetes, na CTASP e no plenário da Casa, os representantes sindicais e outros membros da carreira – sob a coordenação da assessoria parlamentar do SINPROFAZ – abordaram diversos parlamentares, em especial os integrantes da comissão que irá analisar o mérito do PLP n.º 205. Essa mobilização deverá continuar durante todas as fases de tramitação da proposta no Congresso Nacional. ■

# Aventura e muita adrenalina

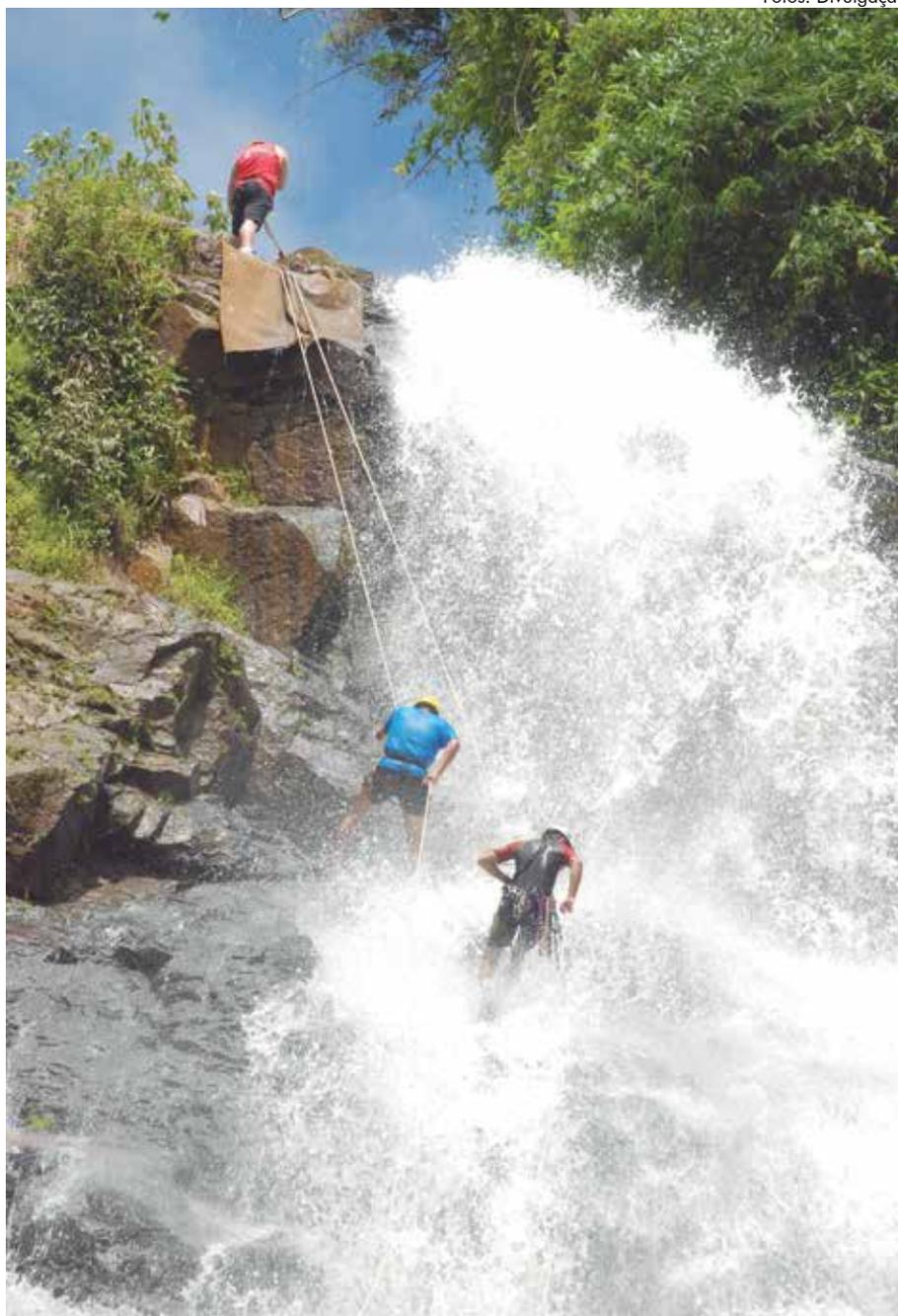
Escolha o seu esporte entre as muitas opções que podem ser praticadas em ambiente não urbano e até nas cidades. Mas esteja atento aos riscos

**D**ifícil encontrar uma definição sucinta para esportes de aventura, ou esportes radicais. São atividades que combinam, quase sempre, natureza e adrenalina. A *Wikipedia* traz 45 exemplos desse tipo de atividade. Podia ser mais. O que todos os especialistas concordam é que essas modalidades exigem boa preparação física, equipamentos apropriados, conhecimento e habilidade para lidar com os equipamentos, preparo psicológico e muita, em alguns casos, extrema, coragem.

Algumas características são comuns à maioria desses esportes. Geralmente são praticados em ambiente não urbano. Rios, mares, cachoeiras, montanhas e florestas são, em geral, os cenários para a prática dos esportes de aventura. A adrenalina também está presente em todos eles. Além de exigir muita preparação física, o risco à integridade física dos praticantes é outro fator comum a essas atividades radicais. Muito mais do que em outros tipos de esportes que também trazem risco.

Mas os riscos tendem a diminuir. Instrutores experientes, com formação técnica e prática, o desenvolvimento de equipamentos mais seguros, normas de segurança cada vez mais rígidas e a criação de associações e federações que exigem de seus filiados o cumprimento de certos procedimentos exclusivamente voltados para a prevenção de acidentes são fatores fundamentais para aumentar a segurança de quem quiser se aventurar numa das diversas modalidades disponíveis.

Fotos: Divulgação





Os esportes de aventura, em sua maioria, não são praticados por competição, ao contrário dos esportes tradicionais. O desafio é superar as dificuldades, é triunfar, apesar dos inúmeros obstáculos. Ao fazer uma trilha, escalar uma montanha, mergulhar, surfar uma onda gigante, explorar uma caverna, fazer rapel, descer corredeiras ou saltar de asa delta, o cidadão não está competindo com ninguém, mas testando a sua capacidade física e mental de superar desafios. E esse talvez seja o grande atrativo desses esportes.

Qualquer pessoa minimamente preparada pode praticar algum tipo de esporte de aventura. Por exemplo, o *trekking* pode ser praticado em terrenos menos acidentados e em distâncias razoáveis. A canoagem e o *rafting* podem ser realizados em águas menos selvagens. Mas uma coisa que o aventureiro precisa ter em mente, sempre, é que a segurança deve vir em primeiro lugar. Por isso,

alguns cuidados são fundamentais: uma boa equipe de apoio, equipamentos de segurança em bom estado e um guia experiente e tecnicamente preparado para o serviço são fundamentais.

Como os esportes de aventura geralmente são oferecidos por agências especializadas, antes de assinar o contrato (deve haver um contrato), algumas perguntas devem ser feitas, como: Qual o grau de dificuldade do roteiro? Quais as atividades inclusas? É oferecido seguro de vida? Quais as condições de cobertura da apólice? É necessário fazer previamente algum curso específico? Qual o condicionamento físico? Há restrições quanto à faixa etária? Quais as características da região escolhida? Haverá pernoite? Onde será? O que está incluso? Há socorro na região em caso de emergência? Há sugestões de roupas apropriadas para vestir?

### Onde praticar

Em qualquer cidade em que você viver poderá encontrar algum tipo de esporte de aventura. Mas alguns locais no Brasil se destacam. A melhor cidade no país para pular de *bungee jump* é Paulo Afonso, na Bahia. Explorar cavernas é em São Domingos, Goiás, a 380 km de Brasília. Se você procura um lugar para o *rafting*, é para Foz do Iguaçu que deve ir. É certamente um dos melhores lugares do mundo para essa prática. A cidade de Boituva, em São Paulo, é a Meca do paraquedismo da América Latina. No Rio de Janeiro, além dos saltos duplos de asa delta da Pedra Bonita, você encontra várias opções de escaladas.

Mas Brotas, também em São Paulo, é considerada a cidade dos esportes de aventura. Lá você pode praticar o *rafting*, *trekking*, canoagem, tirolesa, rapel, *boia-cross* e arvorismo, entre outros.

### Chapada dos Veadeiros

A Chapada dos Veadeiros (foto), no estado de Goiás, a 250 km de Brasília, refúgio de místicos, adoradores de OVNI, amantes da natureza e outras tribos, é também um grande atrativo para os apaixonados pelos esportes de aventura. Tanto que, no ano de 2012, a cidade sediou uma etapa da *Ecomotion/Pro*, competição nacional que reúne as modalidades de *trekking/orientação*, canoagem, *mountain bike* e técnicas verticais. Após seis dias de competição, a equipe espanhola Columbia Vida-raid sagrou-se campeã.

Mas não é só o esporte de competição que atrai os aventureiros. A natureza privilegiada do local, com cachoeiras, *canyons*, cavernas, corredeiras, trilhas e rios, faz da região um dos destinos prediletos

daqueles que querem praticar esporte e lazer com pouca ou muita adrenalina, ao mesmo tempo em que desfrutam de um contato direto com a riqueza da fauna e da flora do cerrado.

### Pirenópolis

A cidade goiana de Pirenópolis, a 150 km de Brasília, é tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional devido ao seu conjunto arquitetônico com igrejas e casarões seculares. Mas é a natureza exuberante da região que atrai os amantes dos esportes de aventura. Além dos tradicionais passeios às cachoeiras, aos mirantes e às reservas ecológicas, Pirenópolis oferece a quem busca um pouco mais de aventura opções como o rapel, arvorismo, trilhas, *rafting*, *boia-cross*, *mountain bike* e tirolesa. ■



Divulgação

## Os dez esportes radicais mais "radicais"

**10.º Rafting** (deslizar de botes infláveis sobre corredeiras. Há seis níveis de dificuldade)

**9.º Paraquedismo**

**8.º Montaria em touro**

**7.º Sky surfing** (é uma modalidade do paraquedismo que utiliza uma prancha em queda-livre, a grande altura, para realizar curvas, *loopings* e acrobacias radicais.)

**6.º Base jumping** (saltar de prédios, antenas, pontes ou penhascos, com paraquedas próprios para baixas altitudes)

**5.º Heli-skiing** - Um helicóptero leva o esquiador até o topo inacessível de uma montanha, de onde ele desce esquiando sem pista ou sinalização).

**4.º Street luge** - (descer ladeiras com skate grande, deitado, chegando às vezes à velocidade de 100 km/h)

**3.º Free style motocross** - (também conhecido como FMX, é aquele esporte onde os alucinados pilotos saltam a até 10 metros de altura com suas motos, fazendo acrobacias para um público também alucinado)

**2.º Big wave surf** (surfe em ondas gigantes)

**1.º Wing walking** (mover-se sobre as asas de um avião. Detalhe: durante o voo. A primeira lei desse esporte é: nunca solte do que você está segurando até que esteja segurando em outra coisa – aqui o desrespeito à lei é fatal)

Fonte: Blog Mouser

# Posse do novo presidente, Diretoria e conselheiros da OAB

O SINPROFAZ prestigiou a solenidade de posse do novo presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Furtado (na foto com o presidente do SINPROFAZ), e dos demais integrantes da diretoria da entidade. A sessão solene aconteceu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no último dia 12 de março. Além do presidente Marcus Vinícius, assumiram os cargos de vice-presidente, Claudio Lamachia; de secretário-geral, Claudio Souza Neto; de secretário-geral adjunto, Cláudio Stábile; e de diretor-tesoureiro, Antonio Oneildo Ferreira, além dos 81 conselheiros que compõem o Conselho Federal, dentre eles Aldemario Araújo Castro, ex-presidente do SINPROFAZ.



Várias autoridades estiveram presentes, como o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o ministro das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro. Pelo Judiciário, compareceram o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa;

o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel; o Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams; e o Defensor Público-Geral Federal, Haman Tabosa de Moraes e Córdova, além de ministros dos tribunais superiores.

Diante de mais de 3 mil convidados, o presidente nacional da OAB conclamou a Advocacia brasileira a trabalhar por uma reforma política que combata as causas da corrupção, um sistema tributário justo e por efetivas garantias de acesso à Justiça como parte de um amplo e definitivo projeto de “republicanização” do País. Marcus Vinícius deu ênfase à apresentação das campanhas da entidade na defesa da Advocacia, tais como a garantia das prerrogativas profissionais e de honorários dignos. ■



# Reforma – novamente em pauta, mas falta de consenso adia votações

A tão esperada reforma política, tida por muitos como a panaceia que “dará um jeito” nos problemas da política brasileira, nunca esteve tão perto de ser votada no Congresso Nacional. No entanto, os seguidos adiamentos da votação alimentam o pessimismo daqueles que não acreditam que um dia ela se torne realidade

A reforma política nunca esteve tão perto de virar realidade. Nos dias 9 e 10 de abril, alguns itens entraram na pauta de votações da Câmara dos Deputados. Novas regras para o sistema eleitoral brasileiro seriam votadas em regime de urgência. Porém, por falta de consenso entre os líderes partidários, as propostas foram engavetadas. Além do financiamento público de campanha, os demais temas seriam o fim das coligações eleitorais; a coincidência das eleições para todos os cargos; a instituição de uma lista flexível de candidatos e a simplificação do processo de apresentação dos projetos de iniciativa popular.

O relator da reforma, deputado Henrique Fontana (PT-RS), esperava começar a votação pelo financiamento público de campanha como estava em seu relatório. “Infelizmente, a decisão dos líderes foi de não votar a reforma política ampla como o Brasil precisa”, desabafou na oportunidade. De acordo com o projeto, as pessoas físicas e jurídicas poderiam doar, mas para os partidos, não para um candidato específico. O TSE determinaria o máximo de verba que cada campanha teria, e os partidos teriam que divulgar os gastos em até 15 dias pela inter-



Henrique Fontana (PT-RS)

net. Muita gente acredita que o financiamento público seria uma forma de combater a corrupção e o abuso do poder econômico.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), garantiu que o tema voltará à pauta de discussão na casa em trinta dias, mesmo que não haja consenso entre os deputados. Demonstrando frustração, o presidente desabafou em entrevista à TV Câmara: “Foi uma grande frustração não ter conseguido que o Plenário comesse a votar algo próximo de uma reforma política, porque há mais de dez



Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)

anos que falo da necessidade da reforma”. Resta aos brasileiros torcer para que o presidente da Câmara consiga trazer novamente à pauta o projeto.

## Nem a base do governo se entende

Nem mesmo os partidos da base aliada do governo chegaram a um consenso sobre os diversos pontos da reforma. Segundo o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, as opiniões são divergentes, tanto na base como na oposição. “Existe um clamor na sociedade

e no mundo político em relação à reforma política, mas cada um defende uma”, afirmou.

Isso mostra que o assunto é realmente controverso. É difícil encontrar alguém que não seja favorável à reforma. Independentemente de ser de oposição ou não, os partidos defendem a reforma, mas não se entendem nem mesmo quanto aos temas menos polêmicos. Ou seja, cada partido tem a sua reforma e cada político tem a sua reforma. E fosse o povo brasileiro mais íntimo das negociações, das conspirações e dos interesses políticos, cada cidadão teria também a sua reforma, mais ou menos como acontece com a seleção de futebol, onde cada um tem seu time.

#### Tema recorrente

“Em todo início de mandato presidencial ou quando há um escândalo, a reforma política volta às páginas dos jornais e à agenda do Parlamento”, observa o analista político e diretor de Documentação do Diap Antônio Augusto de



Antônio Augusto de Queiroz

Queiroz. Em sua opinião, em qualquer pesquisa que se faça, atribuem-se as mazelas da vida pública à ausência de uma reforma política moralizadora. “O que é preocupante, porque não será uma tarefa fácil promover uma reforma que valorize os partidos, combata a corrupção, promova o equilíbrio na disputa eleitoral e

aproxime os representantes dos representados”.

Além da complexidade e polêmica do tema, há interesses políticos, partidários e pessoais envolvidos, que podem comprometer o projeto de reeleição de muitos parlamentares, ressalta o assessor parlamentar. “Qualquer reforma estrutural no sistema eleitoral terá ganhadores e perdedores. É uma questão de escolha. Mesmo que se faça uma ampla reforma política, não existe garantia de que ela efetivamente irá resolver todas as mazelas da vida pública, como virou senso comum. Não adianta mudar o sistema eleitoral se não houver mudança cultural, especialmente nos partidos políticos”. Antônio Augusto entende que, enquanto os partidos apresentarem programas para ganhar a eleição e não para governar, dificilmente será aperfeiçoado o sistema de representação. “Sinceramente, não acredito em mudanças apenas da legislação. A mudança terá que ser também cultural”, acrescenta. ■

## Reeleição

Desde os tempos de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República, a reforma é tema de discussão nas duas casas legislativas brasileiras. A única mudança naquela época foi a aprovação da reeleição para Presidente da República, o que beneficiou o próprio FHC.

Em 2011, tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal instituíram comissões para apresentar uma proposta de Reforma Política. O resultado dos trabalhos não foi muito diferente um do outro. Aliás, quando se fala em reforma nenhuma proposta foge muito do financiamento público de campanha, sistema eleitoral, suplência de senador, coligações, voto facultativo e unificação das datas das eleições.

## Apoio popular

O Partido dos Trabalhadores decidiu recorrer ao povo para forçar a implantação da Reforma Política no país. O objetivo é colher 1,5 milhão de assinaturas, até fevereiro de 2014, com a finalidade de apresentar um projeto de lei de iniciativa popular de reforma política. A Campanha Nacional pela Reforma Política, lançada no dia 12 de abril em São Paulo, defenderá financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, voto em listas fechadas nas eleições proporcionais e paridade entre homens e mulheres nessas listas.

# “Lincoln”, o filme de Steven Spielberg, por Cristovam Buarque

Assisti ao filme *Lincoln*, no dia seguinte à eleição do novo presidente do Senado. O centro do filme está nas articulações no Congresso norte-americano durante os dias que antecederam a votação da emenda constitucional que aboliu a escravidão nos EUA.

O que se percebe são os debates dentro do Congresso e a movimentação intensa do presidente e de seus assessores para obterem os votos necessários em uma decisão muito difícil, que aprovou a abolição por 119 a 56 votos, na Câmara dos Deputados, e por 38 a 6, no Senado.

Até o último momento, Lincoln não tinha os votos necessários. Foi preciso uma articulação cuidadosa, um a um de um grupo de contrários ou indecisos, até obter-se a maioria, durante a própria votação. Um suspense que em nada se parece com as votações de hoje no Congresso brasileiro, onde um rolo compressor, sem ideologia, mas por acordos anteriores, aprova qualquer proposta vinda do Poder Executivo.

O filme mostra a determinação e a habilidade de Lincoln. Mostra que na democracia, para conseguir votos necessários no Congresso, é preciso transigir, negociar, até mesmo oferecer vantagens para obter mudanças de lado entre deputados e senadores. Mas uma negociação onde o Congresso demonstre sua independência e

força, mesmo com um presidente muito popular e que liderava uma guerra civil de quatro anos.

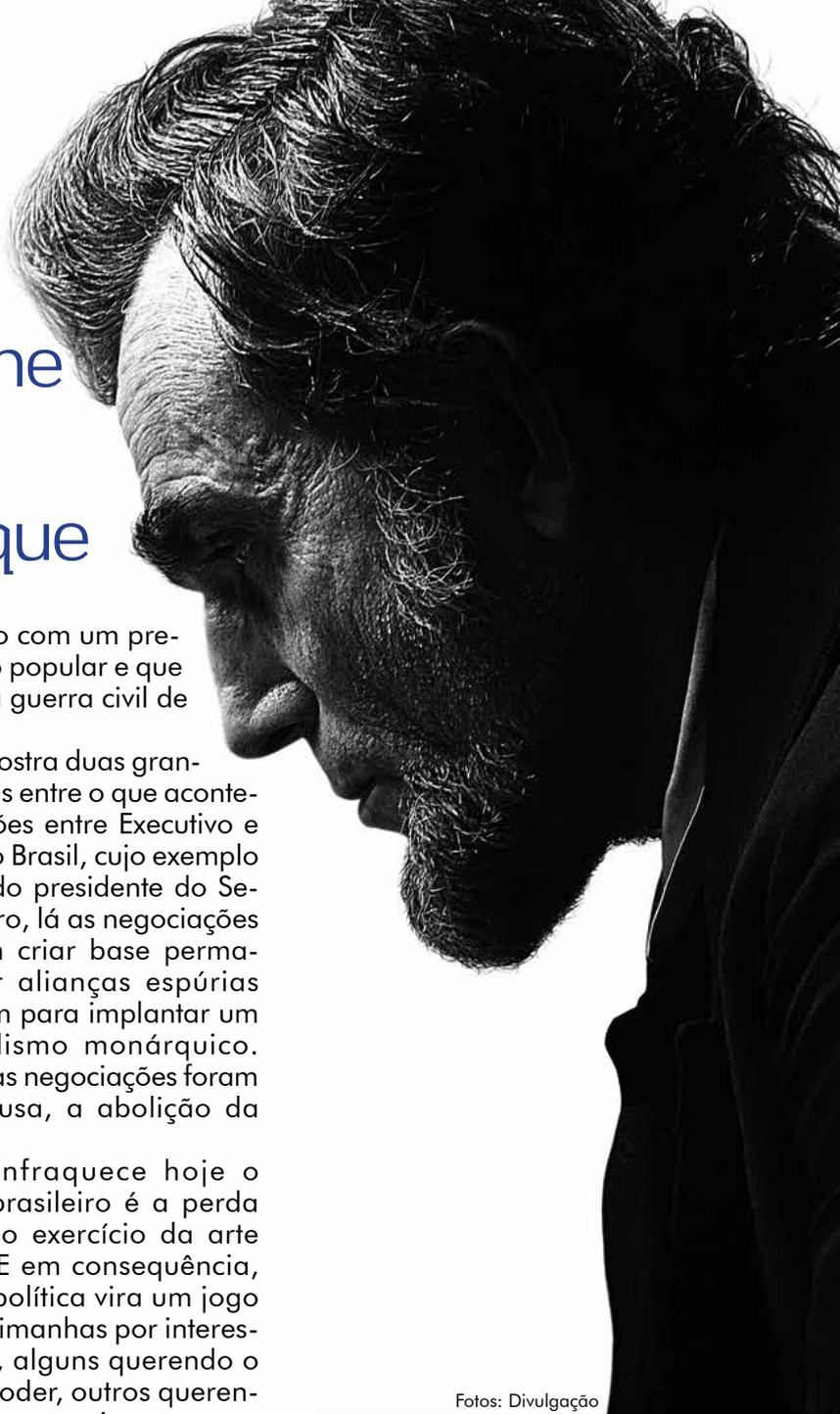
O filme mostra duas grandes diferenças entre o que acontece nas relações entre Executivo e Legislativo no Brasil, cujo exemplo é a eleição do presidente do Senado. Primeiro, lá as negociações não visavam criar base permanente, fazer alianças espúrias que servissem para implantar um presidencialismo monárquico. Segundo, lá as negociações foram por uma causa, a abolição da escravatura.

O que enfraquece hoje o Congresso brasileiro é a perda de causas no exercício da arte da política. E em consequência, sem elas, a política vira um jogo menor de artimanhas por interesses pessoais, alguns querendo o poder pelo poder, outros querendo o poder para enriquecer com dinheiro público.

Seria interessante passar o filme *Lincoln* para que os senadores assistissem e, depois, dedicassem uma sessão plenária para debater como é bonito quando Política casa com História. ■

*Cristovam Buarque, senador pelo PDT do Distrito Federal e ex-reitor da Universidade de Brasília*

*(Publicado originalmente no blog do Ricardo Noblat, em 4 de fevereiro, e reproduzido aqui com a autorização do autor)*



Fotos: Divulgação





Diogo Xavier/Ag. Câmara

# Provas Digitais e Justiça 2.0

Hugo Cesar Hoesch

## Considerações sobre a regulamentação da internet e os aspectos probatórios

### 1. Introdução

É crescente o debate sobre o chamado “Marco Regulatório da Internet”, e todas as discussões que o tema envolve. Antes de adentrar na análise do assunto, e nas diversas visões que o tema comporta, é necessária uma breve análise sobre o cenário tecnológico, e quais as possibilidades para o futuro próximo.

### 2. Cenário

Estamos hoje no auge da chamada “segunda geração web”, ou “web 2.0”, marcada pelas redes sociais e ferramentas de interatividade. Aliás, muitos especialistas dizem que seu auge, na verdade, já passou, e agora estamos na transição para a “web semântica”, ou “web 3.0”. A “web das palavras”.

O curioso é que os criadores da web (que é diferente da internet), em especial Tim Berns Lee e Patt O’Railley – exatamente os criadores da expressão “web 2.0” – afirmam que aquilo que eles pensaram quando criaram a web (interface gráfica que roda dentro da internet) era para ser, na verdade, isso que hoje chamamos de web 2.0, com interatividade em tempo real. Mas como na época as limitações tecnológicas (processamento, conexão, softwares) ainda não permitiam isso, então surgiu essa etapa intermediária, que hoje se chama de “web 1.0”, onde as coisas eram estáticas. Ocorre que eles também têm afirmado que o “contexto” é fundamental para a

eficiência das comunicações e interações digitais, o que aponta para a essência da web semântica.

Trazendo isso para o cenário de produção de provas, que vamos ver mais adiante, é possível afirmar o seguinte: contexto é tudo.

### 3. Evoluções

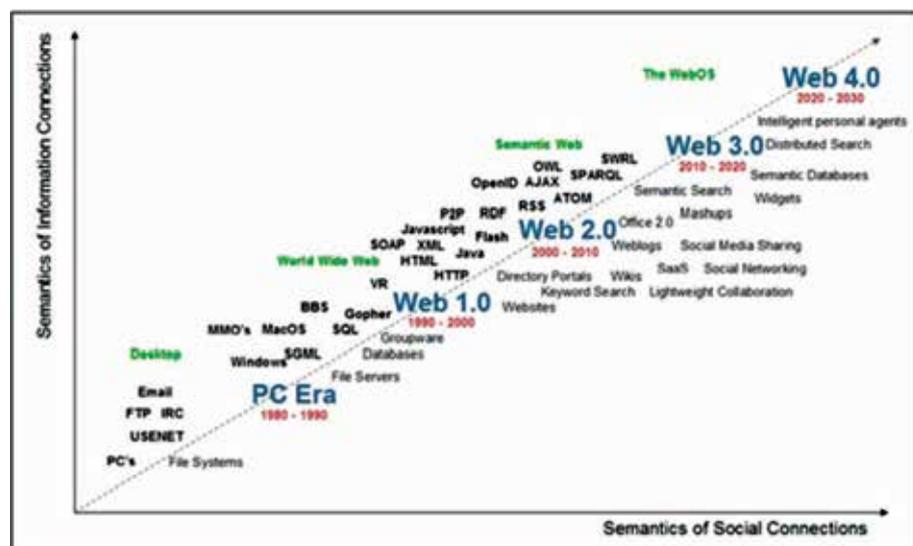
Nos primórdios da computação doméstica se dizia que haveria coisas simples para os computadores (como traduzir um texto) e coisas difíceis (como vencer um humano em um jogo de xadrez. ). Na verdade, o que vemos hoje é a inversão desses enunciados, sendo que os computadores mais simples já conseguem vencer grandes enxadristas. Mas

a tradução de textos ainda deixa muito a desejar. A resposta para isso está na seguinte constatação: não é uma tarefa simples determinar um contexto.

Então como será a web 4.0, 5.0 e seguintes? Bastante provável que não vamos ficar eternamente nesse cenário atual, coisas vão acontecer e a realidade vai mudar.

Alguns especialistas indicam vetores de expansão conceitual da web, apontando para uma futura junção entre as “conexões semânticas” e as “conexões sociais” como o limite para demarcação da web 4.0.

Nessa linha, a web 5.0, que muitos especialistas sequer se atrevem a tentar descrever (ainda) aponta para



Gerações da web. Fonte: Radar Network

duas importantes características: tridimensionalidade e multivariabilidade de idiomas em tempo real. Considerando as novidades anunciadas pelos principais fabricantes para os próximos anos, como o Google Glass (navegação por óculos interativo), pode-se imaginar um cenário pródigo em evoluções no futuro breve.

#### 4. Estratégia de regulamentação

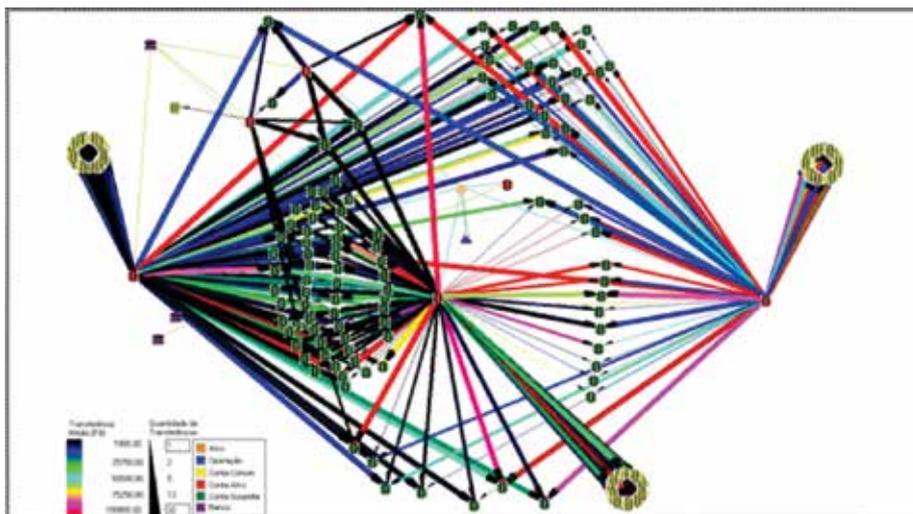
O desafio, então, é posicionar os marcos normativos de forma que tenham condições de assimilar e conviver com essa evolução, sem cair em discussões contínuas e paralisantes. Um exemplo disso ocorreu quando, em 2007, a Associação Brasileira de Empresas de Processamento de Dados – ABEP – entregou ao então presidente da Câmara Federal, deputado Arlindo Chinaglia, um documento de referência para a legislação de T.I. (e um dos principais referenciais para os projetos de Marco Regulatório Civil e Criminal que hoje estão tramitando).

Naquele momento o cenário digital era diferente do atual. As redes sociais, por exemplo, não existiam, ou estavam em processo de difusão inicial, e havia dúvidas sobre a sua inserção social. Não se falava em “nuvem”. Smartphones eram raridade. Mas as discussões foram proveitosas e objetivas, envolvendo atores de todo o cenário nacional, conhecedores do tema e de suas especificidades técnicas.

Se aquele documento fosse um projeto detalhista e casuísta, hoje ele não teria nenhuma utilidade. Mas, ao invés disso, optou-se por um documento programático, com medidas interpenetradoras, que estão se constituindo na principal referência programática para o assunto. Isso foi possível porque a Abep é uma instituição dotada de muita densidade técnica e capilaridade, o que permitiu discussões orientadas a resultados concretos

#### 5. Conteúdo normativo

Antes de entrar em discussões pontuais, sobre o que deve ser proibido ou permitido, é necessária



Exemplo de inferência bidimensional gerada a partir de ferramenta de inteligência

uma visão geral sobre a demanda regulatória. As necessidades estão direcionadas para aspectos materiais e processuais.

No sentido material, refere-se a aspectos de conteúdo jurídico e de comandos valorativos, questões afetas aos ramos do direito, no âmbito civil, administrativo, penal, eleitoral e outros. Três importantes advertências necessitam prevalecer:

1. Não vai ser possível regular todas as situações, e essa preferência retarda o processo de discussão; 2. A “criminalização” não é a melhor solução; 3. Medidas principiológicas e sanções positivas tendem a funcionar melhor na temática digital.

Nessa linha, alguns importantes elementos para a construção de um cenário sólido são os seguintes: a) A garantia da identidade beneficia todo o sistema; b) A liberdade de expressão deve ser plena, e prepondera à censura; c) Cadastros universalizados e interoperáveis geram consistência e segurança às informações; d) Anonimato é lixo social; e) Dados públicos tem vocação para serem permanentemente abertos.

No aspecto processual, surge uma rica fonte de debates, e uma inovadora forma de mudar a realidade forense. No âmbito da dialética processual, o processo digital é uma realidade crescente. E, como se sabe, o crescimento traz suas dores. De qualquer modo, os modelos de processo originariamente digital estão operando em várias unidades forenses do Brasil, com várias especificidades e particularidades, e hoje o momento reflete uma tendência de integração entre plataforma, modelos, tecnologias e metodologias.

Dentre as críticas que os processos e dossiês eletrônicos estão recebendo, a mais consistente e mais constante diz respeito a uma certa perda da sequência lógica dos atos processuais, sendo que importantes operadores jurídicos e policiais têm afirmado que o contato com o caderno processual não se dá mais pelo “manusear”, mas sim pelo “assistir”, o que, não raro, gera certas incongruências, que vão render calorosas discussões no curso de sua evolução.

Mas uma das características dos processos e dossiês eletrônicos (ou digitais, ou virtualizados) é a mudança no cenário probatório. Existem basicamente quatro grandes grupos de provas hoje nos processos eletrônicos:

- Documentos digitalizados;
- Escutas telefônicas e interceptação de sinais (e não somente em processos criminais);
- Redes sociais e listas de discussão de grupos fechados;
- Ferramentas de busca e principalmente o Google (com sites, imagens e vídeos).

As duas últimas são “provas não declaradas”, mas que influenciam as análises e julgamentos, muitas vezes com mais ênfase do que as próprias provas oficiais. Em menor escala, subsistem outros elementos, como provas periciais, acareações e outros elementos, porém com incidência estatística menos relevante.

#### 6. Tendências inovadoras em ferramentas digitais de coleta de informações

Escutas telefônicas e interceptações de sinais mudaram comple-

tamente o panorama investigativo no Brasil nos últimos 10 anos. Mas capturar o sinal é a parte “bruta” dessa atividade, sendo que a área “nobre” e conclusiva está nas ferramentas que geram inferências a partir das conexões derivadas de relacionamentos telefônicos, transações bancárias e outros modelos de conexões.

Na última década, fizeram muito sucesso os instrumentos que, a partir de uma massa de dados, geravam mapas bidimensionais de redes de relacionamento. Agora as inovações mais recentes convergem para a visão tridimensional das árvores, hipérboles e redes de conexões, mediante a visualização de massas de dados através de espirais elípticas, que permitem uma compreensão tridimensional dos dados e informações.

Com os dados e diagramas postados sobre camadas georreferenciadas, é possível sua visualização holográfica através de suítes tridimensionais (holodeck e holosuíte), nas quais se pode partir dos dados plotados em superfícies geográficas rumo à navegação em imagens esféricas.

Nesse contexto, a operação de

uma ferramenta holosuíte permite a navegação cruzada entre imagens e dados sincronizados, gerando uma forte sensorialidade em relação ao conteúdo sob análise.

A superposição entre objetos reais e objetos representados, de modo a que possam ser intercambiados com dados semânticos e modelos relacionais eleva os níveis de compreensão dos cenários investigativos.

A partir da holosuíte, as etapas sequenciadas convergem para cenários agrupados, os quais ensejam razoáveis níveis de imersão no universo informacional.

### 7. Soberania

Outro aspecto muito relevante diz respeito ao domínio tecnológico e seu impacto na soberania. Existem vários casos de uso de ferramentas tecnológicas para captura e coleta de informações. Um caso clássico envolvia uma máquina de reprografia dentro de uma embaixada nos anos 1960. Se isso aconteceu nos anos 1960, que riscos poderiam haver hoje diante de roteadores, processadores, sistemas operacionais, bancos de dados

e navegadores? Da mesma forma, no uso específico de ferramentas de inteligência, como vamos nos comportar diante da constatação de que existe participação de capital internacional em algumas ferramentas ditas “nacionais” de escutas e monitoramentos?

### 8. Reflexões finais

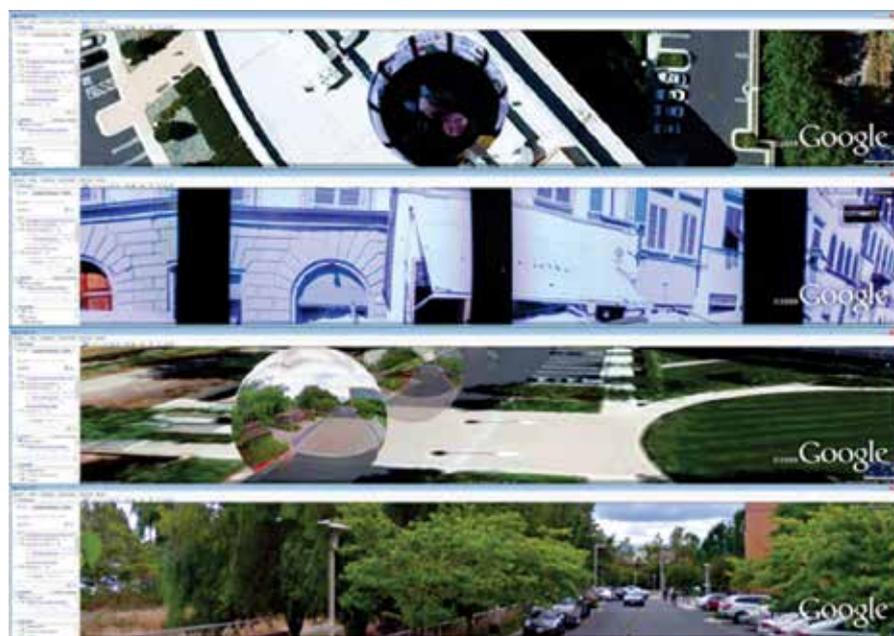
Cabe ainda ressaltar a existência de candentes indagações:

1) Qualquer elemento que influencie um julgamento ou uma instrução investigativa deve ser objeto de atenção social. Uma lista de discussão, por exemplo, não é uma prova formal, mas coitado do réu que for “triturado” em uma lista de discussão de magistrados, por exemplo. Como lidar com essa nova dinâmica, onde a “guerra de opiniões” pode pesar mais do que os documentos concretos?

2) Qual será o cenário tecnológico em 2017? Que coisas vão existir que não existem hoje? Quando os projetos atuais foram pensados e redigidos o cenário era diferente do atual, e nos próximos anos as mudanças tendem a se radicalizar;

3) Está acontecendo uma mudança de visão sobre métodos de investigação, análise, julgamento, coleta, formação e apreciação de provas. Como será a “versão 2.0” da justiça e de todo o sistema investigativo? Como será a Justiça do futuro?

Todas essas questões nos inquietam e demandam por soluções e respostas, as quais serão sempre mais consistentes quando surgirem da maturação natural do processo evolutivo. ■



Navegação holográfica com cruzamento de dados e imagens. Fonte Google Earth

*Hugo Cesar Hoeschl é Procurador da Fazenda Nacional e foi Promotor de Justiça. Presidiu o Centro de Informática e Automação de Santa Catarina (Ciasc) e a Associação Brasileira de Empresas de Processamento de Dados (Abep). É especialista em Informática Jurídica, Mestre em Filosofia do Direito, Doutor em Inteligência Aplicada e Pós-Doutor em Governo Eletrônico*

# João Pessoa: “Porta do Sol” vem se firmando como destino turístico preferencial

Com um extenso litoral de belas praias e cidade com jeito de interior, “Jampa” agrada e encanta cada vez mais visitantes. Segunda cidade mais verde do mundo, João Pessoa será a primeira cidade sustentável do Brasil

Uma das observações mais comuns de quem visita ou mora em João Pessoa é sobre a tranquilidade típica de cidade de interior que a capital paraibana ainda mantém. Esse é um dos aspectos que tem atraído cada vez mais turistas a “Jampa”. Para este ano, a Secretaria de Turismo prevê que a capital receberá cerca de 1,5 milhão de visitantes. É provável que eles se juntem aos 93,74% dos entrevistados em pesquisa recente que disseram ter a intenção de voltar a João Pessoa e ainda indicar esse destino a outras pessoas.

E motivos para conhecer ou voltar à capital paraibana não faltam. Fundada em 1585 com o nome de Nossa Senhora das Neves, a cidade é a terceira capital de estado mais antiga do Brasil, pois já foi fundada com título de cidade. A capital paraibana possui um dos mais antigos, vastos e ricos patrimônios históricos, com mais de 400 imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN).

O principal atrativo, no entanto, é seu vasto litoral, com 24 quilômetros de praias urbanas de águas calmas, mornas e cristalinas. Para os visitantes de primeira viagem, logo se destacam os arrecifes de Picãozinho, considerado um paraí-



Fotos: Setur/Prefeitura de João Pessoa

so em plena cidade. Já o principal ponto turístico urbano é o Farol do Cabo Branco, de onde, de cima da falésia, é possível ver a Ponta do Seixas, ponto extremo oriental das Américas. Essa característica geográfica dá a João Pessoa o privilégio de ser a cidade do país onde o sol nasce primeiro, daí o título de “Porta do Sol”.

Para quem curte a noite, os mais agitados points estão nas praias de Tambaú, Cabo Branco e Bessa. Nos bares típicos, o visitante pode

apreciar boa música ao vivo e desfrutar da culinária local, especialmente os frutos do mar. Quem gosta de dançar, pode aproveitar para aprender o forró pé de serra ou curtir a noite em uma das boates da cidade.

A calçada à beira-mar é um excelente local para dar uma caminhada e beber uma doce água de coco. Para quem quer mais sofisticação, também não faltam opções. A cidade dispõe de vários restaurantes que oferecem

a mais deliciosa culinária local e internacional.

Diante do crescimento acentuado do número de turistas, a Prefeitura de João Pessoa desenvolve uma política de turismo voltada para a construção da capital como destino nacional e internacional, com atenção especial à infraestrutura, capacitação profissional, melhoria dos serviços oferecidos e criação de novos atrativos. O secretário de Turismo, Roberto Brunet, aponta a qualificação da mão de obra da cadeia produtiva do turismo como uma das principais ações a serem desenvolvidas em 2013, entre elas a capacitação de bugueiros, taxistas, garçons, cozinheiros, guias de turismo, receptionistas e outros trabalhadores.

#### Cidade sustentável

Considerada a segunda cidade mais verde do mundo, ficando atrás apenas de Paris, João Pessoa será a primeira cidade do Brasil a ser contemplada com o programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), por meio do Banco Inte-



americano do Desenvolvimento (BID) e da Caixa Econômica Federal (CEF). A capital foi selecionada para abrir a implantação do programa, que também será aplicado em outras quatro cidades do país até o ano de 2014.

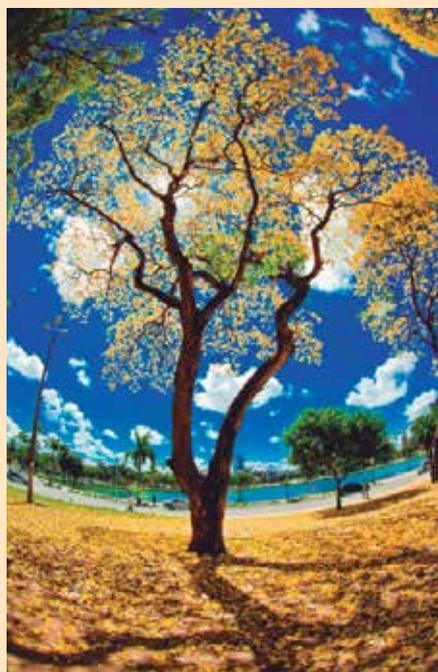
O projeto prevê a assistência técnica e financeira necessária para o desenvolvimento de um plano de ação que garanta o desenvolvimento sustentável do município selecionado. A escolha é baseada em três critérios específicos: estado pleno de crescimento econômico, contingente populacional, que deve estar entre 200 mil e dois milhões de habitantes, e capacidade institucional da cidade.

#### Atrações próximas

A Praia de Tambaba, conheci-

da nacionalmente como um dos santuários do naturismo nacional, é um dos roteiros obrigatórios. Situada no município do Conde, a cerca de 18 quilômetros de João Pessoa, Tambaba é um paraíso ecológico de grande beleza, com seus labirintos multicoloridos.

Também vale a pena conhecer a praia fluvial do Jacaré, situada na foz do Rio Paraíba, na cidade de Cabedelo. Um espetáculo imperdível nesse local é o pôr do sol. Reunidos nos bares situados às margens do rio, turistas e nativos acompanham os músicos que executam o Bolero de Ravel com saxofone e violino e se encantam com o amarelo e o vermelho que se entrelaçam no céu azul, clareando as águas escuras do rio. ■



# Hemoterapia por homossexuais



Eduardo Henrique Alves Moreira<sup>1</sup>

Os Direitos Fundamentais são frutos de rupturas, mudanças de paradigmas e de dolorosas “revoluções”. O grande embate que surge nesse contexto jurídico é quando dois valores, igualmente assegurados pelo texto constitucional, apresentam-se como colidentes numa situação fática. Diante de tal impasse, pergunta-se: qual deve prevalecer? Qual a “técnica” de pacificação a ser utilizada nesse contexto, sem sacrificar sobremaneira um desses valores constitucionais?

São exemplos de situações – não raras – que, quando levadas ao Judiciário, acarretam frequentes embates e discussões, sobretudo acerca do juízo de ponderação e proporcionalidade a ser feito no caso concreto.

Neste tocante, o cerne deste trabalho limitou-se a discutir: a) a inconstitucionalidade do item B.5.2.7.2 da Resolução 153/2004, editada pela Anvisa<sup>2</sup>; b) uma possível colisão de interesses constitucionais em que nela se verifica (direito à informação dos hemocentros x direito à intimidade dos homossexuais), tendo em vista que, no momento da triagem laboratorial, o doador tem que declinar sua orientação sexual.

Na Ação Civil Pública n.º 2006.40.00.001761-6, em caráter liminar, o magistrado *a quo*

entendeu que a Resolução em apreço carrega cunho discriminatório, determinando “à Anvisa que oriente, no prazo de 30 dias, que todos os hemocentros do país, na entrevista feita antes do processo de doação de sangue, se abstenham de fazer perguntas que visem a identificar a orientação sexual do doador”.

Entretanto, irrisignada, a Anvisa interpôs Agravo de instrumento aduzindo que “não seleciona os possíveis doadores baseada em qualquer ideologia preconceituosa (...), visando garantir ao máximo a qualidade e segurança do sangue e seus componentes/derivados”. Daí a justificativa pela necessidade dos questionários na triagem clínica a fim de diminuir os riscos de infecção do material a ser colhido.

Em julgamento, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região assevera que:

a decisão agravada, ao suspender, em caráter geral e abstrato, hipótese de exclusão de doadores contida no item B.5.2.7.2 da Resolução 153/2004, determinando norma de orientação a ela contrária a ser imposta pela Anvisa a todos os hemocentros do país, sob pena de multa diária, usurpou competência do Supremo Tribunal Federal, único tribunal competente para suspender cautelarmente a execução de ato normativo federal

sob o fundamento de inconstitucionalidade (CF, 1988, art. 102, I, letras “a” e “p”).

Destarte, o voto do relator concluiu que:

ao contrário do que pretende fazer crer o Agravado para sustentar o caráter discriminatório da Resolução 153/2004, ela não impede a doação de sangue por todos os homossexuais, mas apenas pelos “homens que tiveram relações sexuais com outros homens” no último ano, não fazendo restrição alguma aos homossexuais femininos, além de enumerar outras situações que também impedem a doação de sangue por pessoas que estiveram expostas a outras situações consideradas de “risco acrescido”, conforme pesquisas internacionalmente aceitas.

O objetivo da Resolução 153/2004 da Anvisa não é afirmar ou negar preconceitos, mas, com base em critérios técnicos que não foram infirmados pelo Agravado, buscar os meios mais eficazes de proteger a saúde pública.

Metodologicamente, a inconstitucionalidade da Resolução em apreço é analisada sob os pressupostos e técnicas de resolução de conflitos traçadas por Robert Alexy (2011) e Ronald Dworkin (2002). Por meio das máximas de Alexy, desconstruiu-se a lógica

<sup>1</sup>Bacharel pela Universidade Federal de Goiás (2012). Estagiou na Procuradoria da Fazenda Nacional em Goiânia/GO. Foi bolsista (PIVIC/CNPQ), sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Barbosa de Lima com o projeto de pesquisa “Por uma sociologia do conhecimento ambiental do campo jurídico”.

<sup>2</sup>Há de se advertir que a inconstitucionalidade desta Resolução já foi impugnada na Ação Civil Pública n.º 2006.40.00.001761-6, ajuizada pelo Ministério Público Federal no Piauí.

defendida pela Anvisa no tocante à imprescindibilidade das restrições impostas e do questionário aplicado.

Dworkin, ao abordar a colisão entre normas de direitos fundamentais com caráter de princípios, aponta que a resolução desses conflitos deve acontecer pelo sopesamento dos mesmos. Alexy (2011, p. 116) aponta que esse sopesamento é feito com base em “máximas parciais”, quais sejam, “adequação, necessidade (mandamento do meio menos gravoso) e proporcionalidade em sentido estrito (mandamento do sopesamento propriamente dito)”.

Em síntese, a máxima da proporcionalidade em sentido estrito decorre das possibilidades jurídicas colocadas no caso concreto. Mostra-se, pois, como um instrumento para se operacionalizar a ponderação dos interesses constitucionais. O sentido de proporcionalidade advém do balanceamento dos valores constitucionais colidentes *in loco*, com o objetivo de encontrar a melhor solução constitucional ao caso.

A máxima da necessidade, por sua vez, consiste em verificar se a medida adotada é a menos gravosa para fins de direitos fundamentais. As perguntas que tem que ser levantadas são: de fato, essa medida aponta-se como imprescindível? Há outras medidas, menos gravosas, que possam alcançar o mesmo objetivo visado?

Por fim, a máxima da adequação, como a própria expressão aponta, consiste em reputar se a medida a ser adotada na situação fática mostra-se adequada ou não. Em um linguajar mais claro, a adequação visa garantir a otimização dos princípios colidentes, sem sacrificar sobremaneira um e nem privilegiar demais o outro. A lógica a ser reputada adequada ao caso concreto deve ser fundamentada e, de igual maneira, convincente.

### A inconstitucionalidade da Resolução n.º 153, editada em 24 de junho de 2004 pela ANVISA, à luz das máximas apontadas

O grande grito que se tem hoje na sociedade é direcionado para a igualdade de direitos. Igualdade conclamada pelas mulheres, por meio do movimento feminista, pelos homossexuais, negros e tantas outras “minorias”. Trata-se de anseios por igualdade material e não meramente formal. Mas além da igualdade substancial que estas categorias buscam, outras pleiteiam ainda mais: a efetiva repressão às discriminações perpetradas ao longo de anos.

O texto constitucional, além de consagrar o princípio da igualdade, é claro ao repreender qualquer tratamento diferenciado entre homens em razão de suas características pessoais, o que consagra o princípio da não discriminação como um dos objetivos da República Federativa. Com base neste princípio, o poder público, bem como os indivíduos em geral, não podem perpetrar atos discrimina-

tórios, sob pena de sanção cível e penal.

Passando agora à análise do caso em estudo, a Resolução 153/2004 da Anvisa determina que “serão inabilitados por um ano, como doadores de sangue ou hemocomponentes, os candidatos que nos 12 meses precedentes os homens que tiveram relações sexuais com outros homens e ou as parceiras sexuais destes” (B. 5.2.7.2, “d”), o que equivale dizer que homens que tiveram relações com iguais, no prazo estipulado, têm tratamento diferenciado dos heterossexuais para fins de doação sanguínea.

Vale enfatizar que esse precedente aponta-se como um critério distintivo, pautado na orientação sexual do doador, com caráter incisivo na triagem laboratorial, a ponto de considerá-lo apto ou não à doação. Repise: o simples fato de ter mantido relações sexuais com iguais no prazo estipulado (condição natural de um homossexual) é o suficiente para reputar-lhe inabilitado para doação de sangue.



A metodologia utilizada pelos hemocentros para obter tais dados se dá por meio de um questionário no momento da triagem laboratorial. Acerca disso, o Ministério Público Federal, nos fundamentos da Ação Civil Pública, indagou a eficácia do mesmo em garantir maior segurança à hemoterapia. Segundo o órgão ministerial, a eficácia deste questionário é controversa, pois o entrevistado, mesmo sendo homossexual e tendo práticas sexuais no prazo estipulado, pode simplesmente mentir.

A própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em nota técnica<sup>3</sup>, relata que:

os serviços de hemoterapia são muitas vezes procurados para fins de diagnóstico de HIV por pessoas com comportamento de risco acrescido, incrementando desta forma a chance de transmissão. Assim, as pessoas com dúvidas de terem sido infectadas com o vírus do HIV, em vez de procurar os serviços de assistência e de diagnóstico especializados, públicos ou privados, procuram os centros de hemoterapia para elucidarem o diagnóstico. Segundo estudo realizado no DF, isso ocorre em 13,8 % dos casos.

Neste diapasão, um contrasenso ainda maior se verifica. Ora, se há pesquisas indicando que pessoas procuram os centros de hemoterapia com o intuito de tirar dúvidas sobre uma possível infecção, não é razoável pensar que estas mesmas pessoas fariam a verdade sobre suas respectivas orientações e práticas sexuais.

Em primeiro lugar, naturalmente, porque essas pessoas podem se sentir receosas e intimidadas; em segundo porque sabem que, em falando a verdade, estariam de pronto inabilitadas à coleta de sangue e, por consequência, não sa-

beriam se estão ou não infectadas.

Em arremate ao exposto, há que se ponderar que, embora nenhum direito seja absoluto, sua restrição tem que ser pautada em fundamentos concretos, razoáveis e proporcionais. Não se pode simplesmente restringir tais direitos sem fundamentos em lei, sob pena de infringir outro princípio, qual seja, o da legalidade.

### Conclusão

Em apertada síntese, chega-se à conclusão que as restrições aos direitos fundamentais dos homossexuais contidas na Resolução 153/2004 da Anvisa não se justificam à luz da proporcionalidade e razoabilidade.

Embora nenhum direito seja absoluto, o tratamento diferenciado dado aos homossexuais nesta Resolução constitui uma mácula à igualdade e perpetua um tratamento discriminatório oculto, na contramão da Constituição e de outros dispositivos legais como a Lei n.º 8.080/1990<sup>4</sup>.

Ainda que não se entendesse pela mácula à igualdade, a pecha de inconstitucionalidade material da Resolução persiste, pois determina que haja a aplicação de um questionário na triagem clínica laboratorial, o que afronta a intimidade do cidadão.

Forçoso registrar que a intimidade apresenta-se como um valor moral, tutelado como qualquer outro direito, digno de respeito por parte de todos os membros da sociedade e do Estado. Em outras linhas, implica dizer que a esfera individual não pode ser invadida sem fundamentos hábeis que a autorizem.

Resta evidenciado que esse questionário não serve de instrumento para garantir maior segurança ao procedimento hemoterápico, como faz crer a Anvisa em nota técnica.

Apresenta-se, pois, como um meio de identificar a orientação sexual do pretendo doador, o que viola os direitos preconizados num Estado Democrático de Direito.

Convém ressaltar, ainda, que a restrição a todo e qualquer direito pode ocorrer. Entretanto, é fundamental que essa restrição esteja adstrita à legalidade, resguardada em fundamentações claras e convincentes e não apenas em conjecturas e argumentos frágeis.

Constatando-se que esse questionário mostra-se frágil o bastante, não sendo possível sequer precisar com certeza as informações apresentadas pelo doador, descortinou-se máxima da necessidade.

Em não havendo necessidade de fato, não há razão para sustentar uma política procedimental que segrega a intimidade do cidadão homossexual. Entender de forma diversa seria ir à contramão do disposto no artigo 5.º, inciso X, da Constituição da República (1988), que impede indevidas intromissões na esfera íntima e privada do particular. ■

### BIBLIOGRAFIA

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*, tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2011.

Resolução RDC nº 153, de 14 de junho de 2004. *Determina o Regulamento Técnico para os procedimentos hemoterápicos*. ANVISA. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jun. 2004*. Disponível em: <http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=11662>. Acesso em 25 nov. 2012.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução e notas por Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Nota doação de sangue – GESAC/GGSTO/ANVISA, Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2006/310706\\_parecer.pdf](http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2006/310706_parecer.pdf). Acesso em 20 de fev. de 2013.

<sup>3</sup> Nota doação de sangue – GESAC/GGSTO/ANVISA, Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2006/310706\\_parecer.pdf](http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2006/310706_parecer.pdf). Acesso em 20 de fev. de 2013.

<sup>4</sup> Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Regula as condições para a promoção, e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2013. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Regula as condições para a promoção, e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2013.

# Workshop sobre sustentabilidade no quadro do Estado Fiscal

A PFN Maria Dionne de Araújo Felipe apresentou uma síntese ao final do trabalho, demonstrando preocupação com o desequilíbrio econômico-financeiro e o crescimento das despesas públicas

Convidada pela organização do Workshop Luso-brasileiro, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no último dia 11 de março, a Procuradora da Fazenda Nacional Maria Dionne de Araújo Felipe participou no debate em que se buscava a “Construção de soluções sustentáveis no quadro do Estado Fiscal”. A proposta levada à discussão foi considerada uma das vias para reajustamento estrutural do Estado Fiscal no contexto do novo modelo econômico vigente: o controle da eficiência da decisão fiscal a partir dos indicadores.

Foram tratadas questões essenciais como o conceito de eficiência do sistema fiscal assentado na análise dos impactos socioeconômicos do imposto, atentando nas ações que os sujeitos passivos desenvolvem para tentar evitar o seu pagamento (planejamento fiscal); o conceito de eficácia da tributação baseada na análise dos resultados da arrecadação, incluindo custos de arrecadação e oportunidade; o papel das ciências auxiliares, especialmente dos indicadores, como elementos de governança das políticas fiscais; um conceito de controle não jurisdicional, mas sim técnico, e realizado por entidades indepen-



Arquivo pessoal

A PFN Maria Dionne (centro) na mesa de debates com as Professoras da Universidade de Coimbra Suzana Tavares da Silva e Marta Costa Santos

dentes, associado aos conceitos de responsabilidade e *accountability*, como novas dimensões do controle político.

Designada para apresentar uma síntese ao final do trabalho, a Procuradora demonstrou a sua preocupação com o desequilíbrio econômico-financeiro contínuo e o crescimento incontrolável das despesas públicas experimentados pelos Estados em nível mundial, que têm conduzido, por um lado, à aceleração da mudança de alguns dos postulados mais significativos dos sistemas fiscais ocidentais e,

por outro, a uma necessidade crescente de engendrar novas formas de arrecadar receitas.

Proferiram palestra no evento, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, os Professores Doutores José Casalta Nabais, Suzana Tavares da Silva, Marta Vicente, Luís Menezes do Val e Marta Costa Santos, de Portugal; e os Professores Doutores Maria de Fátima Ribeiro e Eduardo Molan Gaban, do Brasil.

A Universidade de Coimbra editará e-book com as reflexões desenvolvidas no Workshop. ■

# Pontes de Miranda, “o maior jurista da América no seu tempo”

“Com igual amplitude, só Hans Kelsen na Europa”, sintetizou Austregésilo de Athayde (1898 – 1993) a respeito de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, tratadista, poeta e crítico literário

Jurista, filósofo, poeta, sociólogo, matemático, embaixador e autor de mais de 200 livros, Pontes de Miranda nasceu em 23 de abril de 1892, em São Luís do Quitunde, AL. Passou a infância no Engenho do Mutange, que pertencia a sua família. Desde criança, mostrava incomparável interesse na busca pelo saber. Aos 12 anos, escrevia poesias para um jornal de Maceió. O sábio conselho de uma tia fez com que abandonasse a paixão pela matemática para ingressar na Faculdade de Direito do Recife, onde se bacharelou em 1911, com apenas 19 anos de idade. Aos 20, publicou o ensaio filosófico “A Moral do Futuro”.

A qualidade de seu livro intitulado *A Sabedoria dos Instintos* (*Die Weisheit der Instinkte*, como se intitulou mais tarde na Alemanha), valeu-lhe, em 1921, o primeiro Prêmio da Academia Brasileira de Letras. Em 1925, voltou a ser premiado com láurea de erudição pela publicação de *Introdução à Sociologia Geral*.

No entanto, a Academia acabou por impor-lhe duas derrotas que o magoaram profundamente: a primeira quando, com apenas 34 anos, em 1926, concorreu à cadeira n.º 33, mas que foi ocupada por Fernando Magalhães;



a segunda em março de 1977, quando concorreu com Rachel de Queiroz à cadeira n.º 5, a qual era ocupada por Cândido Mota Filho. A Academia tinha de optar por Rachel sob pena de ser taxada de elitista e de fazer discriminação de sexo.

Somente em março de 1979, ao derrotar a escritora paulista Dinah Silveira de Queiroz, é que teve a felicidade de vestir o fardão dos imortais, para sentar-se como titular da cadeira n.º 7, que tem como patrono Castro Alves e onde antes se sentaram Euclides da Cunha, Afrânio Pei-

xoto, Afonso Pena e Hermes Lima.

Extremamente culto, Pontes de Miranda redigia com precisão e riqueza. Criava palavras que revolia as que o tempo havia sepultado. Vocábulos como “membridade” e expressões como “denúncia cheia” e “denúncia vazia” são algumas de suas criações. Esgotava qualquer assunto. Era poliglota na expressão pura do vocábulo. Redigia diretamente em idiomas estrangeiros, sobretudo alemão e francês, independentemente do ramo do conhecimento abordado. Mas também as línguas ditas mortas como o latim e o grego lhe eram bastante familiares. A primeira, lia, escrevia e falava; a segunda apenas lia e pouco escrevia.

## Maior tratadista de todos os tempos

Como jurista, Pontes de Miranda dedicou-se totalmente ao Direito, principalmente à Advocacia de pareceres. Com um total de oito tratados (ver página seguinte), tornou-se o maior tratadista de todos os tempos. Entre as diversas obras, destaca-se o “Tratado do Direito Privado”, em 60 volumes, que começou a divulgar em 1955 e que concluiu em 1970. É a maior obra universal escrita por um só homem.

A obra de Pontes de Miranda contribuiu de tal forma para o enriquecimento da ciência jurídica no Brasil, que sua produção no campo do Direito colocou o País no contexto universal do pensamento jurídico como nação respeitável.

Foi o autor mais citado nos tribunais brasileiros. Consultavam-no do extremo Norte ao extremo Sul. E consultavam-no do estrangeiro. Figuram com destaque seus *Comentários ao Código de Processo Civil* e os *Comentários às Constituições do Brasil*. "Sua obra só encontra paralelo com a de Teixeira de Freitas", enfatizou Barbosa Lima Sobrinho.

Além de "maior jurista brasileiro de todos os tempos, que introduziu o pensamento jurídico-alemão no Brasil", e "baluarte da democracia", Pontes de Miranda destacou-se por suas críticas às leis editadas durante a ditadura militar, principalmente o AI-5.

Na magistratura, exerceu vários cargos, dentre eles o de desembargador, sendo também embaixador e chefe de missões diplomáticas, como a enviada pelo governo brasileiro à XXVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Nova York, em 25 de setembro de 1941.

Pontes de Miranda foi ainda poeta e crítico literário. São de sua autoria duas obras poéticas, uma em português, intitulada *Penetração*, com seu triptismo *Projeção*, *Peregrinação* e *Prospecção*, publicada em 1930; e *Poemes et Chansons*, em francês, publicada no Principado de Mônaco, em 1969. O livro *Sabedoria dos Instintos* é considerado ao

"Influenciado por Nietzsche, Bérson e Emerson, destacou-se como introdutor de Freud no Brasil e achava que "o importante é a cultura, não a raça, nem a casta"

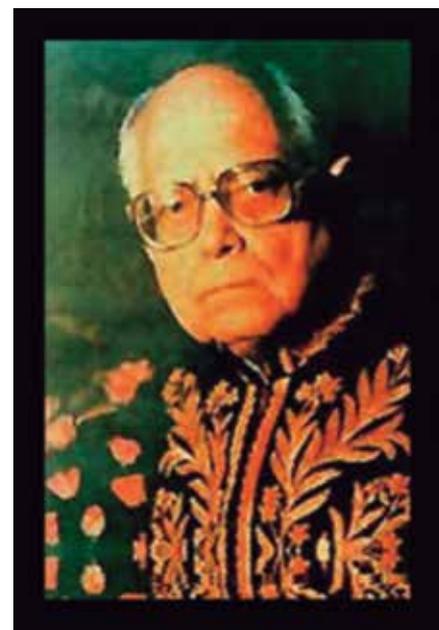
mesmo tempo crítica científica e crítica literária.

Pontes de Miranda morava no Rio de Janeiro desde 1911. Casou-se em 1914 com Maria Beatriz Cavalcanti Pontes de Miranda, com quem teve quatro filhas. De seu segundo casamento, em 1952, com Amnérís Cardilli Pontes de Miranda, nasceu somente uma filha. Na casa onde viveu em Ipanema, comprada em 1927, elaborou grande parte de sua imensa obra, graças a um espartano regime de trabalho, que o fazia acordar diariamente às 4 horas, embora quase sempre dormisse tarde, pois gostava de jantar fora.

O maior jurista do Brasil faleceu de enfarto em 22 de dezembro de 1979. Incansável em seu ofício, preparava um parecer sobre se os programas de computador são patente ou direito autoral.

#### Tratados

- Tratado dos Testamentos, com cinco volumes. (1930)
- Tratado da Ação Rescisória contra Sentenças e outras Decisões. (1934)
- Tratado de Direito Internacional Privado, em 2 volumes. (1935)
- Tratado de Direito Cambiário, em quatro volumes. (1937)
- Tratado de Direito de Família, em três tomos, fruto de novos estudos que apreendeu sobre o seu Direito de Família em 1916.
- Tratado de Direito Predial, em cinco volumes (1953)
- Tratado de Direito Privado, em 60 volumes. (1955 a 1970). É composto de um total de 30.047 páginas, 11.728 obras jurídicas consultadas e 193 não jurídicas.
- Tratado das Ações, obra inacabada, em 7 volumes. Pontes dizia que era a sua mais importante obra. Sabe-se que iniciou-a em 1910, mas a aridez e a temeridade do tema não permitiram a sua conclusão. ■



# Súmulas da AGU Comentadas



Entre os 18 autores, quatro são Procuradores da Fazenda Nacional: Cláudia Akemi Owada, Regina Tamami Hirose, Rogério Campos e Samir Dib Bachour

O resultado do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos de Soluções Administrativas da Procuradoria-Regional da União da 3.<sup>a</sup> Região (PRU3) está retratado no livro *Súmulas da AGU Comentadas*. A obra, coordenada pelas Advogadas da União Adriana Aghinoni Fantin e Nilma de Castro Abe, foi lançada no último dia 11 de abril, em São Paulo.

A publicação tem como objetivo divulgar o conhecimento sobre as funções institucionais da Advocacia-Geral da União (AGU), bem como o conhecimento sobre a importância e aplicação das súmulas da Instituição, editadas

a partir da padronização da atuação dos Advogados Públicos em caráter nacional.

Segundo as coordenadoras da obra, a organização do conjunto das súmulas nasceu da iniciativa do Grupo da PRU3, composto por procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores federais e Advogados da União do contencioso e consultivo. A base de atuação de seus membros é diagnosticar possíveis soluções administrativas que primam pela eficiência da Advocacia Pública e pela integração entre suas carreiras.

Os comentários do livro foram elaborados por especialistas,

mestres ou doutores membros da Advocacia-Geral, que, dada a larga experiência no assunto, confrontam comentários doutrinários, complementando-os com observações de natureza prática.

As organizadoras acreditam que a divulgação desse trabalho vem na esteira de uma mudança de paradigma no direito contemporâneo, que exige cada vez mais dos operadores jurídicos a apresentação de soluções sérias, céleres e adequadas, que prestigiem a eficiência e a duração razoável do processo, a colaboração com os Poderes da República, o acesso à Justiça e a concretização do princípio democrático. ■

## CCJ aprova publicação de biografias não autorizadas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, no dia 2 de abril, em caráter conclusivo, proposta que autoriza a divulgação de imagens e informações biográficas de personagens públicos. Na prática, o Projeto de Lei n.º 393/11, do deputado Newton Lima (PT-SP), permite a execução de filmes ou publicação de livros biográficos, por exemplo, sem a autorização da pessoa biografada ou de sua família.

O texto, que já havia sido aprovado pela então Comissão de Educação e Cultura, seguirá agora para o Senado, exceto se houver

recurso para que seja analisado pelo Plenário da Câmara.

A proposta altera o Código Civil (Lei n.º 10.406/02), que hoje só permite esse tipo de divulgação em quatro casos: autorização direta da pessoa exposta; necessidade da administração da Justiça; manutenção da ordem pública; ou consentimento de parente, se a pessoa exposta já tiver morrido.

De acordo com o projeto, as chamadas biografias não autorizadas serão válidas para personalidades públicas vivas ou já mortas. "Com isso, vamos aumentar a liberdade de expres-

são de autores e pesquisadores que têm investido seu tempo no conhecimento da trajetória de pessoas públicas. Além disso, amplia-se também o exercício do direito à informação pela sociedade brasileira", argumentou o relator da proposta na CCJ, deputado Alessandro Molon (PT-RJ).

### Justiça

Molon explicou que, atualmente, juízes costumam determinar o recolhimento das biografias não autorizadas assim que o biografado ou sua família recorrem contra a obra. (Fonte: Agência Câmara) ■



# Os 150 anos de nascimento do “Chopin brasileiro”

O dia 20 de março marcou os 150 anos de nascimento de Ernesto Nazareth. Com mais de 200 composições de diversos gêneros, Nazareth ajudou a formar a identidade musical brasileira

**A** Revista *Justiça Fiscal* reproduz a seguir trechos de entrevista concedida pelo músico Jacob do Bandolim (1918 – 1969) a Gláucio Gil no programa *Show da Noite* (TV Globo), em 1965. Além de ser um dos maiores compositores e intérpretes de choro que o Brasil já viu, Jacob do Bandolim foi também um grande nazarethiano, tendo gravado 19 músicas do compositor morto em fevereiro de 1934.

**Gláucio Gil:** Agora, você falou inclusive em Nazareth e eu sei que você é uma das maiores autoridades sobre esse compositor, e inclusive você tem vários álbuns gravados com músicas dele. Então eu gostaria de perguntar o seguinte: a que que você atribuiu exatamente o fato de Nazareth não ser mundialmente conhecido?

**Jacob:** Falta de moldura e falta de divulgação. Moldura pelo seguinte: um compositor como Nazareth.... em que pese toda a honestidade que emprestei às gravações que fiz de Nazareth, elas não são suficientes para retratar a verdadeira personalidade do Nazareth. Nazareth foi considerado à época e ainda é, pelos nossos grandes músicos, o Chopin brasileiro. Um Chopin mais popularesco, não resta dúvida. De maneira que é necessário ouvi-lo com uma roupagem mais rica, não apenas

na pobreza, vamos chamar assim, de um bandolim e dois violões, de um solo de piano; uma orquestra pequena de 12 ou 15 figuras não havia de dar a grandiosidade que as orquestras estrangeiras dão, mas que infelizmente as nossas fábricas de disco ainda não tiveram a visão suficiente para fazer isso. O dia em que fizerem, você pode estar certo, Nazareth será ouvido como é ouvido Strauss hoje, como é ouvido Lehár, como é ouvido Chopin, etc.

**Gláucio Gil:** E a que você atribuiu exatamente o fato de eles não terem partido pra fazer isso então, falta de visão?

**Jacob:** Bom, talvez, falta de visão, e por outro lado sou obrigado a reconhecer um mercado também pequeno para enfrentar uma despesa tão grande. Porque um disco desses não se faz facilmente com uma pequena orquestra, tem que fazer uma grande orquestra. Torna-se dispendioso, torna-se caro. E os arranjos também têm que ser especiais. Um orquestrador pra fazer um trabalho desses não pode fazer a sopapo, como nós chamamos na gíria. Ele não pode dedicar duas, ou três, ou quatro horas de seu trabalho. Tem que dedicar algumas semanas, talvez. De maneira que tudo isso implica despesa. E nós não temos ainda um mercado de discófilos

suficiente para fazer uma manutenção dessas.

**Gláucio Gil:** Agora você acredita que, uma vez isso realizado, o sucesso da música de Nazareth no estrangeiro seria...

**Jacob:** Ah, seria espetacular, tenho certeza absoluta disto. Porque Nazareth não apenas fotografou e espelhou a alma brasileira. Não. Ele foi mais eclético, ele foi mais além das nossas fronteiras. No fraseado dele a gente vê uma coisa muito mais ampla do que os limites do Brasil.

**Para saber mais**

Ernesto Nazareth deixou 211 composições, entre valsas, polcas, tangos brasileiros – precursores do choro – e diversos outros gêneros. O acervo do compositor está sob a responsabilidade do Instituto Moreira Salles (IMS), que criou em 2012 o site [www.ernestonazareth150anos.com.br](http://www.ernestonazareth150anos.com.br), para divulgar a importante data e ajudar a manter vivos na memória cultural brasileira o nome e a obra desse grandioso artista que até os dias de hoje influencia muitos músicos.

No site é possível, por exemplo, conferir a discografia de Nazareth, com as mais de 2.700 gravações de músicas do artista feitas no mundo inteiro. Destas, cerca de 2.300 estão disponíveis para serem ouvidas online. ■

# Acordo entre Brasil e Estados Unidos visa combater lavagem de dinheiro

Com treze artigos no total, o acordo visa estabelecer termos e condições destinados a regular o intercâmbio de informações relativas a tributos

Seis anos depois da celebração do acordo entre os governos dos dois países, o Plenário do Senado Federal finalmente aprovou, no início do mês de março, o texto do documento entre o Brasil e os Estados Unidos que pode facilitar o combate à lavagem de dinheiro.

Na análise do relator, senador Jorge Viana (PT-AC), “o acordo está vocacionado a disciplinar – de maneira exclusiva – a troca de informações entre autoridades fiscais de ambos os países envolvidos. Nesse sentido, cuida-se do primeiro tratado dessa natureza celebrado pelo Brasil”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o acordo constitui importante elemento de

cooperação entre os dois países na investigação de processos relacionados à questão tributária de natureza criminal. O senador José Pimentel (PT-CE) disse que o acordo atualiza a legislação sobre lavagem de dinheiro, o que permitirá ao Judiciário brasileiro atuar em crimes antecedentes e desarticular organizações criminosas dos mais variados tipos.

Embora a proposta crie mecanismos que incrementam o fluxo de informações sobre tributos e impostos de contribuintes entre os dois países, permitindo o acesso das autoridades de um país a informações de outro, o relatório aprovado no Senado conclui que as garantias estabelecidas no Acordo afastam possíveis afrontas ao ordenamento

jurídico brasileiro e aos direitos dos contribuintes. Essa conclusão leva em conta que o texto do acordo deixa claro que serão respeitados os limites impostos pelas leis internas e (art. VII, a) não deverá fornecer informações sujeitas a privilégio legal, nem reveladoras de qualquer segredo comercial, empresarial, industrial ou profissional ou processo comercial.

Antes da aprovação no Plenário do Senado, o texto havia passado pelo crivo da Câmara dos Deputados e da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Veja na íntegra o texto do acordo no endereço eletrônico: [http://www.senado.gov.br/ordem-dia/arquivos/avulso/2010/PDS201000030\\_01.pdf](http://www.senado.gov.br/ordem-dia/arquivos/avulso/2010/PDS201000030_01.pdf) ■

## Empresa estrangeira

Na Câmara, CCJ aprova projeto de lei que torna obrigatória a identificação de responsáveis por empresa estrangeira

De acordo com o Projeto de Lei n.º 5.696/09, torna-se obrigatória a apresentação do quadro de sócios e administradores de empresas domiciliadas no exterior interessadas em se inscrever, suspender ou dar baixa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Também passa a ser obrigatória a apresentação da ficha cadastral da pessoa jurídica e de eventuais alterações nos dados cadastrais e no quadro societário.

As informações cadastrais relativas a empresa domiciliada no exte-

rior devem abranger as pessoas naturais e autorizadas a representá-la no país. No caso de uma cadeia de participação societária, a exigência valerá até alcançar a pessoa natural considerada beneficiário final.

De autoria do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) – com a colaboração dos PFNs Heráclio Mendes de Camargo Neto e Filemon Rose de Oliveira –, o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na sessão do último dia 27 de março, corroborando o

relatório pela aprovação da matéria apresentado pelo relator, deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA). Como a votação na CCJ foi conclusiva, o projeto segue para exame do Senado.

Na avaliação da diretoria do SINPROFAZ, o avanço da proposição demonstra um amadurecimento político suprapartidário sobre a importância do combate eficaz à lavagem de dinheiro e à sonegação fiscal, entre outros crimes ensejados pelo anonimato obtido com uma simples inscrição no CNPJ. ■



# Adeus teclados: escreva à mão livre no ar

A expressão "escrever à mão livre" nunca pareceu tão real. Christoph Amma, do Instituto de Tecnologia Karlsruhe, na Alemanha, criou um equipamento que permite substituir o teclado pela escrita direta, feita em pleno ar

Segundo Christoph Amma, sua intenção era criar um dispositivo de interface que permitisse operar os chamados computadores de vestir, uma tecnologia emergente que prevê que os computadores estarão em todos os lugares, acompanhando o usuário onde ele for.

"A luva de escrever no ar é usada para escrever letras à mão livre, como se estivéssemos usando um quadro invisível; [assim] a interação é incorporada de forma transparente na vida diária," diz ele.

A luva possui sensores de aceleração e giroscópios para rastrear os movimentos da mão com muita precisão. "Ao contrário dos sistemas

baseados em câmeras, esses sensores são muito pequenos, portáteis e robustos," diz Amma.

O maior trabalho, contudo, é feito pelo software que recebe e interpreta os movimentos.

Amma desenvolveu um algoritmo que descarta qualquer movimento que não se pareça com escrever em um quadro invisível à frente do usuário - coisas como comer, atender o celular ou coçar o nariz.

O programa possui um modelo estatístico para as características de movimento equivalentes a cada letra, o que permite levar em conta as diferenças de escrita de pessoa para pessoa.

Na versão atual, o programa

reconhece frases completas escritas em letra de forma. "O sistema tem uma taxa de erro de 11%. Quando é adaptado para o estilo individual de escrita, a taxa de erro cai para 3%," diz Amma.

Segundo ele, o sistema é ideal para uso em conjunto com óculos de realidade virtual, nos quais câmeras projetam as imagens à frente dos olhos da pessoa, simulando telas muito grandes.

"Quando um sistema desses é combinado com a possibilidade de introduzir comandos de entrada e textos por meio de gestos, você nem mesmo precisa de um aparelho nas mãos," disse o pesquisador. ■

(Fonte: site Inovação Tecnológica)

## Pela primeira vez, Brasil vai descobrir qual é o seu índice de bem-estar

Análises e contribuições podem ser oferecidas por meio do site [www.wbindex.org/site/](http://www.wbindex.org/site/), que também abriga fóruns de discussão. O *Well Being Brazil* (WBB) pretende medir os anseios e as necessidades da população de todo o País e os resultados serão conhecidos em dezembro. A coleta de dados será feita virtualmente e presencialmente, informou a Agência Estado.

O WBB está sendo coordenado por meio de uma parceria entre a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Eaes), o Movimento Mais Feliz e a rede social MyFunCity.

O WBB será diferente das me-

dições atuais – como a Felicidade Interna Bruta (FIB) – que calculam a riqueza de uma região em concorrência aos indicadores tradicionais, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Ainda de acordo com a Agência Estado, 10 indicadores vão compor o WBB. Entre as áreas pesquisadas estão transporte e mobilidade, profissão e dinheiro, consumo, entre outras. O processo de construção do índice também prevê a realização de audiências públicas. As reuniões vão ocorrer em São Paulo, no Rio, em Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, no Recife,

em Manaus e Brasília. Os encontros devem ter a participação de gestores públicos e entidades do terceiro setor. Dessa forma, a expectativa dos pesquisadores é de que o trabalho também sirva de guia para o poder público e até para a iniciativa privada.

O estudo para a criação do índice de bem-estar do Brasil começou há cerca de um ano e foi impulsionado pela decisão da FGV-Eaes de criar o Instituto de Finanças, responsável por desenvolver toda a metodologia do índice. A difusão está a cargo da rede MyFunCity, capaz de captar a opinião do cidadão onde quer que ele esteja. ■

# Hobby ou esporte?

Surgido no Brasil fim da década de 1930 e reconhecido como esporte em 1987, o aeromodelismo está em constante evolução. Radiocontrolado é a categoria mais praticada

A história do aeromodelismo no mundo é anterior à do avião propriamente dito. Sem entrar na polêmica sobre quem inventou o avião, se foi o brasileiro Santos Dumont ou os irmãos norte-americanos Wright, no início do século XX, a verdade é que o primeiro avião a cruzar o céu de Paris foi o Planophore, em agosto de 1871. Tudo bem que a máquina só tinha 46 cm de uma ponta a outra da asa, pesava apenas 16 g, e era impulsionada por um motor a elástico com tiras retorcidas. Seu construtor, o francês Alphonse Penaud, apresentou seu invento nos jardins de Tuileries para os membros da Sociedade Francesa de Navegação Aérea. A máquina voou por 13 segundos, percorrendo a distância de 60 m a uma altura de 20 m.

No Brasil, o aeromodelismo surgiu no final da década de 1930, mas ainda muito pouco desenvolvido. Os modelos existentes então eram os de voo livre, cujo desafio era manter o maior tempo possível de voo. Com o passar do tempo e o surgimento de novas tecnologias, o esporte foi crescendo em todos os aspectos. Os primeiros campeonatos foram realizados em São Paulo, na década de 1940. A Associação Brasileira de Aeromodelismo, fundada nos anos de 1950, organizou o primeiro campeonato brasileiro no final daquela década. Tiveram início então as competições sul-americanas.

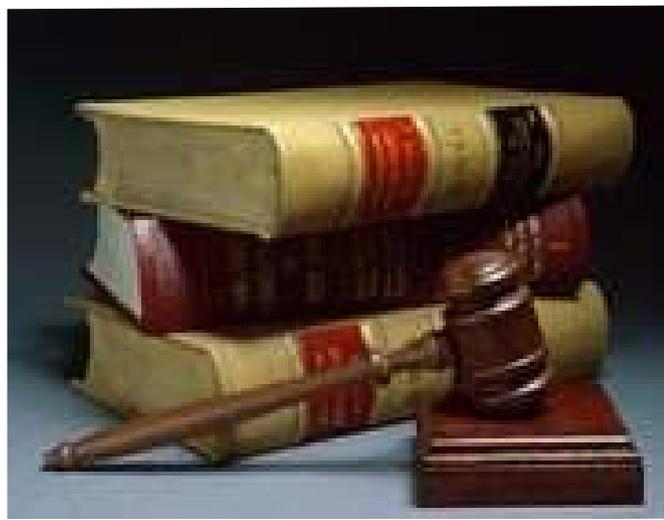


Atualmente, a categoria mais praticada de aeromodelismo é o radiocontrolado, em que o aeromodelo é controlado por meio de um transmissor de radiofrequências. Existem ainda duas outras categorias: a VCC – voo circular controlado, no qual o aeromodelo fica ligado ao aeromodelista por meio de cabos – e a voo livre, em que o aeromodelo, depois de lançado, não sofre mais nenhuma interferência por parte do aeromodelista.

Considerado hobby por uns, esporte por outros, o aeromodelismo foi reconhecido como esporte em 1987. Mas a grande maioria dos praticantes reúne-se aos finais de semana para colocar para fora o estresse do dia a dia. O aeromodelismo é uma diversão, uma paixão. Se você quer praticar o esporte, verifique se na sua cidade existe

um clube, uma associação ou um grupo de pessoas dedicadas ao aeromodelismo. A partir daí você descobrirá um lugar seguro para a prática. Há normas para isso. Mas também deverá encontrar um instrutor para familiarizá-lo com as técnicas, orientá-lo na compra de equipamentos e dirigir os treinamentos. Você pode também baixar da internet um simulador. Há várias opções.

O aeromodelismo está em constante evolução. Estão sempre surgindo novidades que vão de simples acessórios em plástico moldado até sofisticados aparelhos de radiocontrole programáveis, passando por motores possantes, kits de aeromodelos e helicópteros com incríveis sofisticções de pré-fabricação, tudo isso para simplificar a vida dos praticantes. ■



# Justiça Fiscal

Procurador da Fazenda Nacional

*A gente faz*



Mais Educação

Mais saneamento básico

Construção e manutenção  
de estradas

Construção de hospitais.

Investimento em  
segurança pública

**Justiça Fiscal, a construção de um país mais justo.**